



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ROSICLEA FREIRES PINTO**

**HÁBITOS DE CONSUMO CONSCIENTE: IDENTIFICANDO A PERCEPÇÃO DOS  
SERVIDORES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

Palmas – TO

2019

**ROSICLEA FREIRES PINTO**

**HÁBITOS DE CONSUMO CONSCIENTE: IDENTIFICANDO A PERCEPÇÃO DOS  
SERVIDORES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas para obtenção do título de Bacharel em Administração, sob a orientação do professor. Dr. Flavio Augustus Pacheco.

Palmas – TO  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

P659h Pinto, Rosicléa Freires.  
HÁBITOS DE CONSUMO CONSCIENTE : IDENTIFICANDO A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS . / Rosicléa Freires Pinto. – Palmas, TO, 2019.

83 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Administração, 2019.

Orientador: Flavio Augustus Da Mota Pacheco

1. Hábitos de Consumo. 2. Consciência ambiental. 3. Consumo Consciente. 4. Meio Ambiente. I. Título

**CDD 658**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

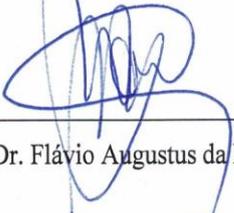
**ROSICLEA FREIRES PINTO**

**HÁBITOS DE CONSUMO CONSCIENTE: IDENTIFICANDO A PERCEPÇÃO DOS  
SERVIDORES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

Monografia avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Palmas para obtenção do título de Bacharel em Administração e aprovada em sua forma final pelo orientador e banca examinadora.

Data de aprovação 12/07/2019.

Banca Examinadora:



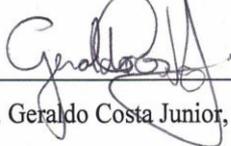
---

Prof. Dr. Flávio Augustus da Mota Pacheco, Orientador, UFT



---

Professora. Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes, Membro/Examinador, UFT



---

Prof. Dr. Geraldo Costa Junior, Membro/Examinador, UFT

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por ter me proporcionado saúde, força, perseverança, muita paciência e sabedoria.

Aos meus pais (em memória) por terem me proporcionado uma educação de qualidade e por terem investido anos de suas vidas para que eu pudesse estar onde estou e ser quem me tornei.

Agradeço também a minha amiga Rossana que esteve comigo desde o início do curso. Foi grande apoiadora e incentivadora para que eu não desistisse.

Ao meu querido orientador Dr. Flavio Augustus Pacheco que abraçou o meu tema e que me deu as ideias dos caminhos a percorrer para a realização deste trabalho e por ter me dado todo suporte necessário.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente na elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

A humanidade evoluiu de forma muito rápida e para se adaptar a todas as mudanças que passaram a ocorrer muito se utilizou do meio ambiente, principalmente para que fosse possível a evolução. Após perceber seu importante papel na defesa e na preservação dos recursos naturais, a esfera pública atentou para os impactos ambientais ocorridos em função de suas ações e criou medidas legais socioambientais com o intuito de inserir na sociedade os conceitos sociais, econômicos e ambientais da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, criou órgãos fiscalizadores e reguladores para a manutenção de todos os sistemas ecológicos impactados. Nessa concepção procurou-se, por meio deste estudo analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis. Ao longo da realização da pesquisa foi identificado que a da Secretaria já vem realizando algumas práticas de redução, reutilização e reciclagem (3R's) em suas atividades diárias. A metodologia aplicada neste trabalho é baseada no estudo descritivo-exploratório, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2019, via questionário estruturado. Os resultados demonstrados ainda são tímidos, em função de essas práticas ainda vem sendo implantadas, dispondo de pouco tempo para seu amadurecimento. Entretanto, algumas ações de consumo consciente já são praticadas pelos servidores e projetos voltados para a total aplicação dessas boas práticas em toda a estrutura da Secretaria, voltadas à sustentabilidade no ambiente de trabalho, estendendo-as à vida privada e social dos servidores.

**Palavras Chave:** Hábitos de Consumo; Consciência ambiental; Consumo Consciente; Meio Ambiente.

## **ABSTRACT**

Humankind evolved very quickly and to adapt to all the changes that happened to occur much if you used the environment, especially for evolution to be possible. After realizing its important role in the defense and preservation of natural resources, the public sphere considered the environmental impacts that occurred in function of its actions and created social and environmental legal measures with the purpose of inserting in society the social, economic and environmental concepts of sustainability. At the same time, it created oversight and regulatory bodies for the maintenance of all ecological systems impacted. The aim of this study was to analyze if the consumption habits of the servers of the Environment and Water Resources Secretariat of the State of Tocantins are ecologically sustainable. Throughout the research, it was identified that the Secretariat has been carrying out some reduction, reuse and recycling (3R's) practices in its daily activities. The methodology applied in this work is based on a descriptive-exploratory study, with a quantitative approach. Data were collected in the first half of 2019, via a structured questionnaire. The results demonstrated are still timid, as these practices are still being implemented, with little time for their maturation. However, some actions of conscious consumption are already practiced by the servers and projects aimed at the total application of these good practices throughout the Secretariat structure, focused on sustainability in the work environment, extending them to the private and social life of the servers.

**Keywords:** Consumption habits Environmental awareness; Conscious Consumption; Environment.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS

<b>Quadro 1:</b> Principais leis, decretos e resoluções ambientais do Brasil a partir da década de 70.....	26
<b>Quadro 2.</b> Matriz de Amarração.....	47
<b>Gráfico 1</b> – Gênero.....	50
<b>Gráfico 02-</b> Faixa Etária.....	50
<b>Gráfico 3</b> – Estado Civil.....	51
<b>Gráfico 4</b> – Renda Familiar.....	51
<b>Gráfico 5</b> - De acordo com o seu conhecimento sobre sustentabilidade, pode-se afirmar que.....	51
<b>Gráfico 6</b> - O que polui mais o meio ambiente? .....	52
<b>Gráfico 7</b> - Como você avalia a sua preocupação com as questões ambientais.....	52
<b>Gráfico 8</b> - Qual a sua opinião sobre o comportamento da sociedade em relação à preservação do meio ambiente? .....	53
<b>Gráfico 9</b> - Você conhece o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? .....	54
<b>Gráfico 10</b> - Quais práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente são adotadas pela SEMARH? .....	55
<b>Gráfico 11</b> - No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação?.....	55
<b>Gráfico 12</b> - Desde que tomou posse na Instituição, você participou de algum curso, palestra ou workshop voltado às práticas de desenvolvimento sustentável? .....	56
<b>Gráfico 13</b> – Você adota ações sustentáveis fora do seu ambiente de trabalho, como na sua casa, ou na sociedade na qual você está inserido? .....	57
<b>Gráfico 14</b> – Qual é o seu comportamento em relação à reciclagem de resíduos?.....	58
<b>Gráfico 15</b> – Ao comprar um produto, você se atenta se este produto é produzido de maneira ecologicamente correta? .....	59
<b>Gráfico 16</b> - Você dá preferência aos produtos que são fabricados por empresas que praticam ações de responsabilidade socioambiental? .....	59
<b>Gráfico 17</b> – Compra um produto mais caro por que ele era de uma empresa ecologicamente correta? .....	60
<b>Gráfico 18</b> – Separa o lixo reciclável do lixo orgânico?.....	60

## LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
3R's	reduzir, reutilizar, reciclar
SEMARH/TO Tocantins	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	Justificativa e Relevância .....	13
1.2	Caracterização do Problema .....	14
1.3	Objetivos.....	15
1.3.1	Objetivo Geral .....	15
1.3.2	Objetivos Específicos.....	15
1.4	Delimitação do Tema.....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1	Hábitos de Consumo.....	17
2.2	Sustentabilidade X Consumo.....	18
2.3	Princípio dos 3 "Rs" – Reduzir, Reutilizar, Reciclar.....	20
2.4	Histórico da Responsabilidade Ambiental .....	23
2.4.1	Protocolo de Kyoto .....	26
2.4.2	Evolução da Legislação Ambiental Brasileira .....	27
2.4.3	NBR ISO 14001.....	30
2.5	Consciência Ambiental.....	31
2.6	Responsabilidade Social e Meio Ambiente.....	32
2.7	Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P .....	35
2.8	Educação Ambiental .....	38
2.9	Sistema de Gestão Ambiental .....	41
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>45</b>
3.1	Tipos de pesquisa .....	45
3.2	Abordagem do Estudo.....	46
3.3	Instrumentos de Coleta de Dados .....	46
3.4	Matriz de Amarração .....	47
3.5	População, amostra e amostragem .....	48
3.7	Procedimentos para Análise dos Dados.....	49
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISES .....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>68</b>

<b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE II – ARTIGO .....</b>	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com o aumento das técnicas de produção de bens de consumo originou sociedades que se caracterizam pela diversidade e o baixo custo das mercadorias. Assim, surgiu uma preocupação com a consciência ambiental, que passou a ser a um assunto relevante a toda sociedade, tem despertado um grande interesse em vários estudos, antigamente era de costume ser um tema mais voltado aos ecologistas, além do que está inclusa nas diversas áreas de estudo da administração, que sua vez o meio ambiente é fonte de energia e matérias primas, e ainda contribui para o bem-estar da população.

A atual sociedade de consumo tem como base de suas alegações o empenho de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar. Entretanto, a jura de deleite só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está “plenamente satisfeito” (BAUMAN, 2008)

A responsabilidade ambiental tem sido um foco de grande importância dentro de muitas empresas, principalmente para aquelas que a poluição é bastante elevada. A evolução da tecnologia vem contribuindo para que esse fator se agrave. Assim, a preocupação com o meio ambiente tornou-se um assunto mundial. Existe atualmente fórum mundial da sustentabilidade que reúne os principais países do mundo com intuito de decidir como aplicar a responsabilidade e conscientização ambiental de modo sustentável.

A responsabilidade empresarial frente ao meio ambiente é centrada na análise de como as empresas interagem com o meio em que habitam e praticam suas atividades, dessa forma, uma empresa que possua um modelo de Gestão Ambiental já está correlacionada à responsabilidade social. Tais eventos irão de certa forma interagir com as tomadas de decisões da empresa, tendo total importância na estratégia empresarial.

Devido a disseminação de notícias a respeito dos desgastes ambientais, alguns temas como responsabilidade socioambiental consumo consciente e conscientização ambiental vêm sendo tratados na atualidade com bastante enfoque. O discurso do Akatu (2008) sobre o consumo consciente ressalta que este pode ser praticado no dia-a-dia, por meio de dois movimentos principais: o primeiro seria ligado a gestos simples, que levem em conta os impactos da compra, uso ou descarte de produtos ou serviços; e o segundo seria marcado pela escolha das empresas onde serão adquiridos estes bens ou serviços, sempre em função do seu compromisso com o desenvolvimento socioambiental.

Os investimentos destinados a questão ambiental e a consciência da Responsabilidade Social pelas empresas são aspectos que fortalecem a imagem positiva das organizações diante dos mercados em que atuam, dos seus colaboradores, concorrentes e fornecedores. Procurar desenvolver e manter atitudes e ações para a preservação do meio ambiente resulta no proveito próprio e comunitário, ajudando a promover uma postura social, política e sustentável preocupada com o bem-estar e com o futuro do planeta.

De acordo com Sinay et al (2013) a preservação ambiental e a produtividade empresarial devem andar por caminhos confluentes, e o ensino e pesquisa em administração devem se alinhar a esse objetivo, patrocinando a união de interesses.

As mudanças começaram a chegar nas empresas que começam a respeitar o meio ambiente, e conforme o avanço da tecnologia as questões ambientais ajudam a formar cidadão mais críticos e informados, assim tornando-se consumidor consciente.

### **1.1 Justificativa e Relevância**

A convicção e implementação das políticas públicas pela Administração Pública demandam excessivo consumo de recursos naturais, tais como: água, energia elétrica, materiais, a grande parte originada desses recursos. Além disso, é ela o repositório de toda a responsabilidade pela sustentabilidade do meio ambiente, condição que lhe é outorgada pela própria população de um país. Por isso mesmo os governos chamam a si o papel de principal interlocutor quanto à preservação do meio ambiente.

Entretanto no Brasil, esta preocupação se aumentou a pouco mais de 30 anos, e muito já se fez pela sua efetividade. Assim sendo, a Administração assume papel estratégico com as medidas implementadas, sobretudo na última década, com a geração e implantação de normas legais visando à redução do consumo de produtos originários de recursos naturais, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais provenientes de suas atividades, incentivando a implantação de programas de práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais e o combate ao desperdício.

A justificativa desta pesquisa está em contribuir com estudos que demonstrem a atual postura da população frente ao consumo sustentável. Assim entender como os servidores veem este assunto e como protegem o meio ambiente. Neste sentido, por meio de pesquisa realizada na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins, demonstrando a relação entre a consciência ambiental e o comportamento em prol de técnicas de hábitos de consumo consciente. Assim como retratar a importância da implantação do

sistema de gestão ambiental no setor público e assim trazer à vontade preservar o meio ambiente.

A escolha deste tema deu-se pelo fato de entender e mostrar o quanto é importante para a comunidade e para a preservação do meio ambiente. Não apenas empresas privadas, também o setor público tem seu peso de consciência de proteger o meio ambiente. Com intuito de reduzir e controlar a poluição e a destruição ambiental este tema busca mostrar para a sociedade, a importância da consciência ambiental para melhoria do ambiente em que se habita.

O presente estudo descreve os hábitos de consumo consciente dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins de modo também estar destacando os temas consciência ambiental versus práticas pró-ambiental no uso de suas atribuições e desenvolvimento de suas ações.

A polêmica em torno do tema da responsabilidade socioambiental não é somente conceitual, no sentido de compreender o que caracteriza a ação social responsável do setor empresarial. Por ser um tema recente, sua concepção não está definida. Muitos não têm uma opinião formada sobre, porém há os que acreditam que é um reflexo para uma nova concepção para a cidadania.

Para a sociedade, o tema passa a ser depositário da expectativa de ampliação da participação e provimento de demandas sociais, assim podendo refletir sobre as ações tomadas de preservação do meio ambiente.

Para a vida acadêmica este estudo aprofunda os conhecimentos relacionados ao consumo consciente, logo proporcionará a prática dos estudos verificados durante a graduação.

## **1.2 Caracterização do Problema**

A causa da crise ambiental nem sempre foi o consumo. O crescimento demográfico vivenciado principalmente pelos países em desenvolvimento era o vilão da história. A necessidade de se adequar os processos produtivos à preservação do meio ambiente faz com que as empresas aprimorem seus processos para que causem menos impactos sobre o meio ambiente, ou seja, busquem a redução de resíduos que agridem esse meio. É neste cenário, de repensar o consumo que entram em debate o consumo sustentável e o consumo consciente. Segundo Portilho (2005) a estratégia do consumo “verde” é uma transferência da atividade regulatória em dois sentidos. Primeiro, do Estado para o mercado através dos mecanismos de

autorregulação; segundo, do Estado e do mercado para o cidadão, através das suas escolhas de consumo.

Entende-se que assuntos ligados ao meio ambiente, consciência ambiental e educação, responsabilidade socioambiental, entre outros, assumiram uma proporção dentro das organizações, sendo elas públicas, privadas, ou sem fins lucrativos, podendo assim contribuir para o desenvolvimento econômico, social, entre outros,

Este é um tema que abrange a toda sociedade em geral, conforme já fora esclarecido e enfatizado, portanto para elaboração do presente estudo é necessário atentar e destacar uma questão de suma importância. Sendo assim, esta pesquisa pretende averiguar a importância de hábitos de consumo consciente dos servidores da secretaria e como são adotados no dia a dia.

Com base no exposto acima questiona-se: os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis?

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo Geral**

O objetivo principal deste trabalho é analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis.

#### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- Descrever o nível de consciência ambiental dos servidores;
- Averiguar o conhecimento sobre práticas sustentáveis dos servidores;
- Identificar os comportamentos sustentáveis presentes entre os servidores;

### **1.4 Delimitação do Tema**

O trabalho de campo foi realizado na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins como a estrutura organizacional do órgão abrange apenas um prédio central. Há um total de 82 servidores entre efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários.

Para efeito do trabalho, contudo, a pesquisa restringiu-se a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável, Diretoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, Diretoria de Instrumentos de Gestão Ambiental, Diretoria de Políticas Ambientais nas quais 55 servidores encontram-se lotados. Entretanto, para efeito de funcionalidade e praticidade, foram escolhidos 41 servidores, para comporem a amostra da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Hábitos de Consumo

Os hábitos de consumo devem ser analisados em diversos aspectos, começando pelo literal sentido da palavra, pois se trata de uma sociedade consumista, em todos os sentidos, para gerar uma economia. Como se vive compreende os hábitos de consumo do homem moderno, refletindo os valores morais, éticos, dentre outros.

De acordo com Pereira (2010, p. 31) as pessoas consomem tanto pela necessidade que a sua natureza social impõe, ou pelo simples prazer de comprar, seja para satisfazer suas futilidades, ou apenas pelo anseio de constituir-se como par de sua categoria social.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Pereira (2010, p.33) nesta sociedade, o consumo representa poder, pois a lógica capitalista mostra que aquele que pode consumir mais e melhor detém o poder social, cultural e econômico sobre o restante da população.

Assim, a sociedade acaba consumindo as novas tecnologias a busca pelos novos produtos colocados no mercado, de todas as formas. Segundo Colpo (2005), à medida que o consumo cresce a qualidade de vida piora. A necessidade compulsiva por consumo só por estar barato demonstra que as pessoas comprem e consomem sem a responsabilidade social, apenas porque querem alguma coisa, não colocando em lógica sua necessidade de fato, apenas pelo simples fato de não se sentirem excluídas de um sistema, ou seja, a busca da inclusão social.

O que difere o consumidor ecologicamente correto é que irá procurar sempre avaliar quais as consequências de suas compras, tanto para o meio ambiente para a sua vida. O mercado já disponibiliza para esse tipo de consumidor frutas e verduras sem agrotóxicos, detergentes biodegradáveis, desodorantes que não utilizam aerossol com gás CFC, dentre outros (REVISTA VEJA, 2002).

O MMA em parceria com o IDEC (2002) publicou um estudo em que listava o comportamento dos consumidores ecologicamente consciente, são eles:

- Usa os alimentos sem agrotóxicos e se possível reaproveita tudo;
- Combate ao desperdício de todo tipo, água, luz, tanto em casa quanto no trabalho;
- Separa o lixo para reciclagem;
- Tem ideias que ecológicas que podem ser usadas nas empresas;

- Utiliza meio de transporte alternativo;
- Incentiva amigos e vizinhos para praticar novos comportamentos.

É possível verificar que o consumidor ecológico se preocupa com os aspectos sociais e ambientais que iram derivar dos seus hábitos de consumo, além de buscar difundir o seu pensamento com os seus.

O consumidor ecológico busca consumir produtos que em sua essência não causam prejuízos ao meio ambiente. Segundo Kotler e Armstrong (2008), produto é tudo o que é oferecido pelas empresas no mercado consumidor, com objetivo de satisfazer as necessidades e desejos das pessoas. Ele vai além de um objeto físico, é o conjunto de benefícios oferecidos.

Portanto não há vida sem consumo, assumindo assim, uma centralidade das questões culturais e sociais da moderna sociedade capitalista. A questão se volta para a circunstância de um consumo excessivo e a necessidade de vender e consumir sem preocupações com os problemas ambientais e sociais resultantes destes desastres.

Para PORTILHO, (2005, p. 67) “a abundância dos bens de consumo continuamente produzidos pelo sistema industrial é considerada, frequentemente, um símbolo da performance bem-sucedida das economias capitalistas modernas”. Entretanto essa abundância foi alvo de críticas onde consideram que o consumismo é visto como um dos principais problemas das sociedades industriais recentes.

Para um hábito de consumo ecologicamente correto o consumidor irá buscar produtos que não iram impactar grandemente o meio ambiente, a conscientização ambiental de cada um é imprescindível para uma gestão ambiental de excelência. Considerando que não cabe somente a empresa buscar meios de preservar o meio ambiente, mas sim todos os envolvidos estejam conscientes de como devem agir. Um ponto relevante a ser considerado é que o problema não está no que se consome, mas, na quantidade que se consome.

## **2.2 Sustentabilidade X Consumo**

A sustentabilidade é um conceito que está sendo cada vez mais aplicado pelas pessoas, grandes empresas e governos do mundo inteiro, levando em consideração a harmonia entre o Social, Econômico e Ambiental em busca de um Desenvolvimento Sustentável. A sociedade passa por um momento de grande reflexão quanto as reais necessidades do Homem, e busca um equilíbrio entre os anseios e desejos e nossas obrigações perante o planeta.

Os mais variados setores da sociedade buscam uma solução para esse grave problema, trazendo novos processos, produtos e materiais que reduzam os danos que causam. A sociedade cria uma consciência da necessidade urgente de mudança de comportamentos, de hábitos urbanos e de falsas necessidades.

O aumento da sensibilidade ecológica e a busca pela sustentabilidade começam a fazer parte dos debates e discussões na área das relações de consumo. Porém, como condição intrínseca à natureza humana, o consumo em si não é o problema, mas seus atuais padrões e efeitos refletem diretamente no meio ambiente e na esfera social, conforme afirma Feldmann (2007, p. 78).

Para Giacometi apud Bacha, Santos e Schaun (2010, p. 6), “a sustentabilidade é um objetivo que deve permear as ações das sociedades contemporâneas, diminuindo o uso insensato dos recursos renováveis e não renováveis”

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), tem como definição de desenvolvimento sustentável aquele que permite o atendimento das necessidades das gerações atuais sem o comprometimento desta possibilidade para as gerações futuras (SOMPRÈ, 2007).

Cardoso e Alencar (1991) enfatizam que para o desenvolvimento sustentável seja executado, existem duas condições para ser seguidas: a primeira é que a base do convívio social não seja a satisfação ilimitada dos desejos de cada pessoa, e sim o respeito às possibilidades, às necessidades e ao interesse de todos; a segunda é que as alternativas da geração atual não exerçam em prejuízo das opções das futuras gerações.

Para assegurar o conceito de uma sustentabilidade promotora de equilíbrio ambiental e da equidade social, necessita também do surgimento do consumo consciente e do consumo responsável, também denominado, embora com menor frequência, consumo verde.

Nesse ponto de vista, Silva (2012) apresenta a prática do consumo como uma atividade ligada à existência humana, demonstrando que viver e consumir podem ser considerados como inseparáveis.

Barros e Costa (2008) salientam que não há um consenso sobre a definição do termo consumo consciente, porém, o Instituto Akatu, considerado pelos autores como o “dono/autor” da definição de consumo consciente, caracteriza-o como sendo o ato de:

Consumir com consciência de seu impacto sobre o próprio indivíduo, as relações sociais, o meio ambiente e a economia, buscando também mobilizar outras pessoas na mesma direção (INSTITUTO AKATU, 2007, p.5).

O consumidor consciente pensa antes de consumir e busca minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos, ou seja, nas palavras da escritora americana, Hanzel Henderson (*apud* FILETO, 2009). Perceber o efeito do consumo consciente é uma tarefa complicada de distinguir, já que a consciência empregada não se formaliza com a prática. Entretanto é nas definições de consumo consciente, consumo sustentável e consumo verde, que se observam as maiores divergências (SILVA, 2012; CARDOSO; SOUZA, 2013). Diante disso, Cardoso e Souza (2013) mencionam que para uma maior compreensão acerca do consumo consciente, é necessário entender os conceitos de consumo verde e consumo sustentável.

O consumo verde, segundo Fabi, Lourenço e Silva (2010), está associado a questões tais como produtos/serviços de qualidade, práticas éticas, ações sociais, transparência, entre outros. Na percepção de Silva (2012), o consumo verde está relacionado à escolha por produtos a partir de uma visão ambiental, mais preocupada com o ambiente.

Quanto a consumo sustentável, Silva (2012) define como um padrão de consumo decorrente do alinhamento de diferentes agentes sociais, compreendendo os indivíduos, as organizações, o governo e outros atores sociais, tendo como foco a propagação do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Hart e Milstein (2004), uma empresa sustentável é aquela que contribui para o desenvolvimento sustentável ao motivar, respectivamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais mais conhecidos como os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Segundo Capra (2002), um dos maiores obstáculos à sustentabilidade é o aumento contínuo do consumo material. Mesmo com a importância que têm na nova economia o processamento de informações, a geração de conhecimento e outros artigos “intangíveis”. O principal objetivo de todas essas inovações é o de aumentar a produtividade, o que faz aumentar, em última análise, o fluxo de bens materiais.

A cada dia que passa as empresas estão mais preocupadas com os impactos negativos que causam ao meio ambiente, por isso, estão mais focadas para o compromisso com o social, para o desenvolvimento da humanidade, o qual pressupõe desde o zelo com a qualidade de vida no trabalho até a preservação do meio ambiente.

### **2.3 Princípio dos 3 "Rs" – Reduzir, Reutilizar, Reciclar**

Muito se fala nos três “Erres” do desenvolvimento sustentável, mas nem tanto quanto se fala se aplica o mesmo. Nada mais é do que Reduzir, reutilizar e reciclar, esses são os 3

erres e os princípios basilares para uma ecoeficiência, uso eficiente dos materiais e da energia, concomitantemente com a consciência ambiental.

Silva, et al., (2004) caracteriza a política dos 3R's em 3 princípios distintos, como a redução, a reutilização e a reciclagem na abordagem da gestão de resíduos sólidos. A redução do lixo produzido evita o desperdício consumindo somente o que é necessário. Os consumidores devem adotar hábitos de consumo mais saudáveis, como por exemplo, a aquisição de produtos que de alguma forma possam ser reciclados, que possam ser novamente reutilizados ou consumidos. Na reutilização ao invés de ser considerado inútil e jogado no lixo, recebe uma nova utilidade.

Para Silva, et al., (2004), produtos podem ser utilizados de diversas formas:

- Reutilizar envelopes, depósitos de plástico ou vidros, estes podendo ser reutilizados de outras formas, na decoração com plantas, tornando-se vasos;
- Aproveitar folhas de papel já usadas como rascunho para anotações, bloco de recados, lembretes;
- Estabelecer um espaço para troca de materiais que possam ser reciclados, aproveitando-os ao máximo, exemplo: roupas, discos, móveis e um variado leque de opções;
- Computadores, impressoras e monitores podem ser doados para entidades de cunho social.

No momento que um produto é reaproveitado há várias possibilidades de uso, como por exemplo o papel que pode ser usado como rascunhos e as garrafas pets que podem se tornar objetos de decoração.

A maior parte dos resíduos produzidos é encontrada em áreas urbanas de metrópoles. Muitos deles poderiam ser reciclados, gerando lucro para empresas e fonte de renda para vários trabalhadores. Cidades que não fazem uso desse processo, despejando o lixo colhido em aterros acabam contribuindo para poluição do meio ambiente (ANGELFIRE, 2011).

De acordo com Dias et al (2008, p. 239), do ponto de vista empresarial, gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente.

Com o consumo desenfreado, o ser humano não se preocupou em procurar degradar o meio ambiente. Com isso hoje em dia vemos grandes problemas ambientais resultantes de tais atos. Assim sabemos o conceito 3R.

Se observarmos bem, as compras que efetivamos e no serviço que prestamos regularmente, percebemos que muitas coisas não precisamos ou utilizamos poucas vezes. Sendo assim, reduzir significa adquirir aquilo que está de acordo com nossa necessidade, sendo ele bem ou serviço. O consumo consciente é importante tanto para o Meio Ambiente quanto para o bom funcionamento das finanças.

Algumas ações práticas como: uso racional da água, economia de energia e economia de combustíveis, fazem uma grande diferença para a preservação do meio ambiente. Nos padrões da atualidade se pode colocar o consumo consciente como ponto vital a se observar em projetos ou leis que se relacionam com a sustentabilidade brasileira.

A reciclagem é praticamente uma obrigação nos dias de hoje. Além de gerar renda e emprego para pessoas que trabalham com reciclagem, é uma atitude que alivia o Meio Ambiente de resíduos que vão levar anos ou séculos para serem decompostos.

De acordo com Bullara (2008, p. 1), reciclar apenas aquilo que é necessário, separando e encaminhando o lixo devidamente, assim reduzindo ao máximo o meu consumo e reutilizando os objetos já adquiridos. É transformar o que já foi produzido, consumido e reutilizado, para que se possa fazer dele um novo uso.

Envolve o processamento de um material com sua transformação física ou química, seja para sua reutilização sob a forma original ou como matéria-prima para produção de novos materiais com uma variedade de finalidades.

Existe uma diferença básica entre reutilizar e reciclar. Reciclar é pegar o produto inicial em um processo de transformação para poder usá-lo para outra finalidade, já reutilizar é aproveitar o produto sem nenhuma alteração física, como escrever nos dois lados da folha de papel, usar embalagens retornáveis e reaproveitar embalagens descartáveis para outros fins são apenas alguns exemplos.

A reciclagem surgiu como uma maneira de reintroduzir no sistema uma parte da matéria e da energia, que se tornaria lixo. Os resíduos são coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de bens, os quais eram feitos anteriormente com matéria-prima virgem. A reciclagem propicia a economia de energia, água e matéria-prima, gera emprego e renda nas etapas de coleta, separação e comercialização do material reciclado.

No aspecto econômico a reciclagem contribui para o uso mais racional dos recursos naturais e para reposição daqueles que são passíveis de reaproveitamento. Estudos recentes indicam que o Brasil perde R\$ 8 bilhões ao ano por não reciclar seu lixo. Essa economia seria

suficiente para construir 1,5 milhão de casas populares por ano (GOVERNO FEDERAL, 2011).

No âmbito social, a reciclagem não só proporciona melhor qualidade de vida para as pessoas, através das melhorias ambientais, como também tem gerado muitos postos de trabalho e rendimento para pessoas que vivem nas camadas mais pobres. Estima-se que entre 800 mil e 1 milhão de brasileiros catadores realizam o trabalho que permite ao Brasil ter os altos índices de reciclagem que apresenta. O Brasil é, por exemplo, recordista mundial na reciclagem de latas de alumínio, reaproveitando mais de 95% do total (WWF BRASIL, 2011).

Reduzir é diminuir a qualidade de produção de lixo, ou seja, diminuir o desperdício, consumir apenas o que é necessário, sem exageros, aumentando a vida útil dos aterros e diminuindo a poluição do ar e das águas. O cidadão deve aprender a reduzir a quantidade do lixo que gera. A redução não implica em padrão menos agradável de vida. É simplesmente uma questão de reordenar os materiais que são usados no dia a dia. Uma das formas de se tentar reduzir a quantidade de lixo gerada é diminuir o desperdício de produtos e alimentos consumidos. A partir do momento em que este desperdício resulta em ônus para o poder público e para o contribuinte, a redução do volume de lixo significa redução de custos, além de fator decisivo na preservação dos recursos naturais.

Há uma grande importância em se ter conhecimento dos 3R's, pois assim, vemos que a utilização desta noção traz grandes benefícios a todos tanto para o meio ambiente quanto para o ser humano, pois os atos de reciclar, reutilizar e reutilizar é de faz com que o meio ambiente tenha um fôlego para respirar, ou seja, repõe aquilo que foi extraído da natureza de forma natural.

## **2.4 Histórico da Responsabilidade Ambiental**

Como afirma Dias (2009) a humanidade evoluiu de forma muito rápida e conseguiu discernimento e facilidade de se adaptar a todas as situações seja com complicações no meio ambiente, diversos climas diferentes, modificações do meio ambiente, dentre todas as adaptações que houve no processo de evolução humana.

Porém os benefícios com a evolução da sociedade vieram também os malefícios e prejuízos ambientais, ou seja, o desequilíbrio com as questões ambientais, o que na atualidade se tornou motivo de preocupação mundial.

Para Dias (2009) a construção pelos seres humanos de um espaço próprio de vivência, diferente do natural, se deu sempre à revelia e com a modificação do ambiente natural. O ser humano sempre modificou o meio ambiente para que pudesse sobreviver.

Mesmo que muitas vezes de forma errônea o ambiente natural foi modificado pelos humanos várias vezes, deve-se deixar claro, que as modificações sobre para a sobrevivência e adaptação e preocupados em adaptar o ambiente em que estivesse vivendo com o bem-estar futuro.

Entretanto a realidade que sabemos é que o ser humano não se preocupou com os impactos ambientais negativos que causaria, visou-se muito o desenvolvimento, como afirmado por Dias (2009) o desenvolvimento e avanços industriais, da tecnologia que conseqüentemente passaram a ter problemas em níveis imensos, que deveriam, na época, servir de alerta para a população.

Seguindo ainda com as considerações de Dias (2009) o mesmo evidencia que com a Revolução Industrial os problemas se tornaram ainda mais em evidencia e bem em exposição, porém só no século XX com reivindicações de níveis globais que se passou a ter consciência da degradação do meio ambiente, passando a aumentar a atenção dada aos referidos problemas.

Em 1968 tiveram três encontros que buscavam realizar estratégias para resolver os problemas ambientais que estavam acontecendo na década de setenta, são eles:

- O encontro de dez países em abril de 1968 em Roma, na Itália, onde surgiu o Clube de Roma, cuja finalidade era integrar de forma independente os fatores: econômicos, políticos, naturais e sociais e mostrar ao mundo para que todos compreendessem e tomassem iniciativas e planos de ação.
- Em 1968 a Assembleia das Nações Unidas, decide pela realização em 1972, da conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia.
- E em setembro de 1968, a UNESCO realiza em Paris, a Conferência abrangendo a conservação e o uso racionalizado dos recursos naturais, onde é lançado o Programa Homem e a Biosfera MAB (DIAS, 2009, p. 08)

Esses foram os primeiros eventos que visaram as questões ambientais, foi a primeira vez que o mundo demonstrou a preocupação às questões do meio ambiente.

Logo após, em 1971 foi realizado o Programa MAB com a finalidade de realizar estratégias que visam a conservação e boa utilização dos recursos naturais do planeta, esse programa contou com a adesão de diversos países. Mais à frente, que também merece destaque, em 1976 pela primeira vez, foi criado as Reservas da Biosfera, ou seja, áreas que eram totalmente protegidas vale destacar que o Brasil possui seis dessas reservas (DIAS, 2009).

Agora analisando os apontamentos de Passos (2009) foi realizado em Estocolmo em 1972 a Conferência de Estocolmo em que resultou a Declaração e Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano com mais de cem recomendações.

A Assembleia Geral da ONU, ocorrida em meados os anos 80, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que tinha como objetivo:

[...] apresentar uma “agenda global para mudanças” que continha vários objetivos, foi denominado “Nosso Futuro Comum”, foi muito importante para a questão ambiental e para o desenvolvimento econômico sustentável, sendo referência para as discussões que ocorreram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 (ARAÚJO e DUALLIBI, 2011, p. 19).

O que tange ao Rio-92 Araújo e Duailibi (2011) afirmam que as mudanças foram imensamente significativas na nova abordagem das políticas ambientais, em que destacou a importância da atenção ao tema, analisando todas as problemáticas que ligam diretamente as condições econômicas e sociais.

As políticas econômicas e sociais estão diretamente ligadas ao desenvolvimento sustentável equilibrado. De acordo com Melaré (2006), o Desenvolvimento Sustentável é aquele que, sendo estável e equilibrado, assim garantindo a melhor qualidade de vida para gerações presentes e futuras, tratando de forma associada e imparcial as alterações econômica, social e ambiental.

Foi a partir dos anos 90 que a atenção e cuidado com o meio ambiente, englobando também que o desenvolvimento deve estar ligado a conscientização do meio ambiente.

Destaca Dias (2009) a evolução do desenvolvimento da conscientização da valorização do meio ambiente, é necessário destacar o Rio+10 que ocorreu em 2002 em Johannesburgo no qual destacou que as medidas que foram tomadas foram muito poucas e que ficaram bem abaixo dos objetivos que deveriam ser alcançados.

Momento em que diversos países começaram as discussões de como lidar com essas situações, para equilibrar as medidas tomadas pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tomando assim estratégias para encarar a pobreza e melhorar o meio ambiente.

Deve-se salientar que as agências de financiamento internacional impuseram metas nas questões ambientais a serem atingidas para que os empréstimos fossem concedidos, Dias (2009) destacou que as agências internacionais de financiamento do desenvolvimento atribuíam empréstimos e assim aumentava consideravelmente o condicionamento da liberação de recursos com metas ambientais prefixado.

Ainda analisando os estudos realizados por Dias (2009) é possível destacar que a consciência ambiental foi obtendo maior destaque com o surgimento das Ong's e organizações não governamentais, que trabalhavam com temas exclusivamente sobre o meio ambiente.

Além do aumento dos grupos que pressionavam ainda mais a importância de atitudes que visavam a conservação e restauração do meio ambiente, tanto no setor público quanto no setor privado.

Dessa forma cada vez mais organizações começaram a levar em conta a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável de grande relevância para a sociedade e para o mundo.

Para Melaré (2006) baseando em Barbieri (2004) a produção e consumo em grande escala está afetando o equilíbrio ambiental. Assim sendo necessária uma harmonização entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Os acontecimentos que acima descritos sobre esse assunto, afetam de alguma forma as organizações, fazendo com que a questão ambiental seja incluída nas organizações e na sociedade de algum modo.

#### **2.4.1 Protocolo de Kyoto**

Visando a conservação do meio ambiente e também a restauração do que já foi degradado pelo ser humano, em 1997 no Japão 84 países assinaram o Protocolo de Kyoto que visou a diminuição dos gases poluentes, causadores do efeito estufa.

Melaré (2006, p. 23 e 24) destaca que na prática, o Protocolo de Kyoto compromete as nações industrializadas com a redução de suas emissões. O acordo também permite aos países ricos contabilizarem as reduções de carbono vinculadas às atividades de desmatamento e reflorestamento.

Um dos grandes causadores de problemas ambientais atuais é o aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera. O protocolo visou a diminuição de poluentes no meio ambiente, poluentes esse que provocam, comprovadamente, a diminuição considerável da camada de ozônio, e que comprometem o futuro da humanidade.

Quanto ao protocolo Dias (2009) destacou que a partir desse protocolo foi desenvolvida diversas discussões que geraram polêmica principalmente nos países mais desenvolvidos.

Os países mais ricos e economicamente desenvolvidos alegavam que o protocolo seria prejudicial a sua econômica, e que consequentemente poderia provocar desempregos.

De acordo com Dias (2009) um aspecto importante a ser considerado é a elevação do grau de conscientização mundial em relação à necessidade de implementar o Protocolo de Kyoto e reduzir o perigo representado pelo aquecimento global. Um exemplo significativo são as posições assumidas por numerosos prefeitos dos EUA, contrariando a posição assumida por seu governo, e comprometendo-se a cumprir as metas do Protocolo.

Mesmo tendo passado muito anos ainda é necessário destacar que para que o Protocolo de Kyoto tenha o real resultado é preciso que exista uma conscientização e compromisso de todos, não só os governantes, mas também toda a sociedade, na esfera pública ou privada.

#### **2.4.2 Evolução da Legislação Ambiental Brasileira**

As questões ambientais estão presentes desde os tempos coloniais no Brasil e a Legislação Brasileira sempre visou a proteção do meio ambiente, mas era notório que essa preocupação estava totalmente ligada com os aspectos econômicos, sendo bem elucidada como:

Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege vida em todas as suas formas, bem como da expressão recursos ambientais, definida como a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (WOLFF apud PEREIRA; ANTONIO, 2006, p. 34)

No quadro 1 está relacionado o histórico das principais leis, decretos e resoluções ambientais do Brasil vigentes a partir da década de 70:

#### **Quadro 1: Principais leis, decretos e resoluções ambientais do Brasil a partir da década de 70.**

<b>Ano</b>	<b>Legislação</b>	<b>Descrição</b>
1975	Decreto Lei 1.413/75	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, provocada pela atividade industrial.
1975	Decreto nº 76.389/75	Definição de conceito de poluição industrial.
1980	Lei 6.803/80	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.

1981	Lei 6.938/81	Estabeleceu os objetivos e os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); Criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras (SLAP); Princípio poluidor pagador.
1985	Lei 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, e dá outras providências.
1986	Lei 6.938/86	Avaliação de impacto ambiental.
1986	Resolução CONAMA 01/86	Dispõe que atividades modificadoras do meio ambiente devem obter licenciamento, dependendo este da elaboração de EIA-RIMA.
1988	Constituição Federal	Meio ambiente como bem de uso comum do povo; Defesa do meio ambiente e do patrimônio genético.
1989	Lei 7.804/89	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o órgão competente para o licenciamento ambiental no caso de atividades ou obras cujo impacto ambiental venha a ser importante, tanto em âmbito nacional, quanto em regional.
1997	Resolução CONAMA 237/97	Efetiva a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente.
1997	Lei 9.433/97	Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos; Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos.
1998	Lei 9.605/98	Instituiu a Lei de Crimes Ambientais, que estabelece que toda infração ou contravenção penal deve estar prevista em lei.
2000	Lei 9.985/00	Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); Estabeleceu os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
2000	Lei 10.165/00	Alteração da PNMA; Tem por objetivo a preservação, a melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.
2002	Decreto nº 4.340/02	Regulamentou alguns artigos da Lei do SNUC.
2002	Resolução nº 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos.
2002	Decreto nº 6.674/02	Plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
05	Resolução CONAMA 357/05	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento; Estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
2011	Resolução CONAMA 429/11	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

2011	Resolução CONAMA 430/11	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes; Complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
------	-------------------------	--

**Fonte:** Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 10, n.5 | jan - maio – 2016

A sequência histórica de leis, decretos e resoluções evidencia o avanço da legislação no Brasil e deixa notório que a evolução das questões ambientais no país deu-se de forma lenta, mas gradual.

Após a independência do Brasil foi que o interesse pela proteção ambiental ficou em maior destaque, com as mudanças presentes no Código Florestal, no das águas, caças e mineração (OLIVEIRA, 2011).

Ficou perceptível que a primeira preocupação com a utilização dos recursos materiais foi a partir da Revolução de 1964, conforme Oliveira (2011) em que iniciou a preocupação com os recursos naturais que poderiam se transformar em riquezas, que deveriam ser utilizados de maneira racional e principalmente não deveriam prejudicar a saúde e a qualidade de vida da população, foi a partir de então que as legislações de proteção ambiental foram criadas.

Com a participação na Conferência das Nações Unidas, Estocolmo em 1972, teve uma importância para o início da legislação ambiental brasileira, que destacou que o meio ambiente deve ser preservado, mas que os recursos naturais são necessários para as condições básicas de sobrevivência do ser humano (OLIVEIRA, 2011).

Na mencionada Conferência o Brasil não ficou totalmente de lado da preservação do meio ambiente, pois destacou que iria optar pela evolução industrial, que conseqüentemente iriam poluir o meio ambiente.

Donaire destacou que:

Ficava evidente que a posição sustentada pelo Brasil na Conferência de Estocolmo de que a proteção do meio ambiente seria um objetivo secundário e não prioritário para os países em vias de desenvolvimento não encontrava sustentação nem mesmo diante dos próprios brasileiros (DONAIRE, 1999, p. 33).

Após a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente quando foi concluída a necessidade de preservação do meio ambiente, foi que iniciou umas ferramentas para incentivas as empresas a preservarem o meio ambiente, oferecendo inventivos fiscais e benefícios para realização de financiamentos (OLIVEIRA 2011).

A partir de então fica evidente a preocupação da preservação do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos prejudicados.

Machado (2011) destaca das Leis de grande importância para a preservação do meio Ambiente:

Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985);  
 Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989);  
 Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27/04/1981);  
 Atividades Nucleares (Lei 6.453 de 17/10/1977);  
 Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/02/1998);  
 Engenharia Genética (Lei 8.974 de 05/01/1995), Revogada pela Lei Nº 11.105, de 24 de março de 2005;  
 Exploração Mineral (Lei 7.805 de 18/07/1989);  
 Fauna Silvestre (Lei 5.197 de 03/01/1967);  
 Florestas (Lei 4771 de 15/09/1965);  
 Gerenciamento Costeiro (Lei 7661, de 16/05/1988);  
 IBAMA (Lei 7.735, de 22/02/1989);  
 Parcelamento do solo urbano (Lei, 6.766 de 19/12/1979);  
 Patrimônio Cultural (Decreto-Lei 25, de 30/11/1937);  
 Política Agrícola (Lei 8.171 de 17/01/1991);  
 Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981);  
 Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08/01/1997);  
 Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (Lei 6.803, de 02/07/1980)  
 (MACHADO, 2011)

O Brasil é tido como referência quando o assunto é legislação ambiental, sendo um dos países mais avançados nesse aspecto. Após a conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente, o Legislador Brasileiro passou a ter uma preocupação mais intensa e efetiva, criando Leis que buscam maior efetividade de sua aplicação, aumentando e melhorando a preservação a cada dia mais.

### **2.4.3 NBR ISO 14001**

Foi criada em 1993, com o intuito de auxiliar as organizações identificar, priorizar e gerenciar seus riscos ambientais como parte de suas práticas usuais. Fazendo assim, com que a empresa dê uma maior atenção às questões mais relevantes de seu negócio.

A ISO 14001 tem como principal finalidade de fornecer as organizações os requisitos básicos de um sistema de gestão ambiental eficaz.

De acordo com Bogo (1998), os requisitos possuem cinco etapas:

- a) comprometimento e política: nesta fase a organização define uma política ambiental e assegura seu comprometimento com ela;
- b) planejamento: a organização formula um plano que satisfaça às políticas;
- c) implementação: a organização coloca um plano em ação, fornecendo os recursos e mecanismo de apoio;

d) medição e avaliação: a organização mede, monitora e avalia seu desempenho ambiental contra objetivos e alvos;

e) análise crítica e melhoria: a organização realiza uma análise crítica e implementa continuamente melhorias em seu SGA para alcançar melhorias no desempenho ambiental total.

A norma NBR ISO 14001 estabelece um conjunto de requisitos necessários para que um SGA possibilite o desenvolvimento de políticas e objetivos de acordo com os aspectos legais e ambientais mais significativos, podendo ser aplicada a todos os tipos de empresas de todos os portes e de qualquer região, sendo assim: os requisitos do SGA de acordo com a ISO 14001 (2004) podem ser utilizados para certificação ambiental com o objetivo de transmitir confiabilidade às partes interessadas ou para autodeclararão.

Para Bispo e Cazarini (2006), a certificação pela ISO 14001 é uma validação reconhecida através da conformidade de uma organização quanto ao seu Sistema de Gestão Ambiental em relação aos padrões dessa norma.

Vale evidenciar que a ISO 14001 não é de natureza obrigatória para as empresas, e sim voluntária, assim faz com que as unidades de negócio sejam a seu critério executar seu sistema de gestão ambiental por algumas entidades credenciadas ou não pelo INMETRO.

## **2.5 Consciência Ambiental**

No Brasil, vários estudos atestam o acesso à informação ambiental como a garantia para tomada de consciência em relação às causas ambientais e a possibilidade de construção de uma sociedade sócio ambientalmente responsável (FRANCISCO, 2011; PEITER, 2012), visto que a educação ambiental está diretamente ligada à mudança de atitude e de comportamento a partir de um novo modo de pensar em relação às questões ambientais (SANTOS; ARAÚJO; SERRÃO, 2011). Sendo assim a cultura também influencia na consciência ambiental, quando a mesma prevalece em alguns grupos, inibe o envolvimento das pessoas nas questões ambientais. (SEIFFERT, 2011).

O nível de consciência das pessoas com o aumento do calor e da população, está crescendo, porém ainda há muito para que estas a coloquem em prática. O consumidor consciente preocupa-se com o impacto da produção e do consumo sobre o meio ambiente, buscando a melhor relação entre preço, qualidade e atitude social em produtos e serviços oferecidos no mercado, além de mobilizar outros consumidores para a prática do consumo

consciente (MOURÃO, 2011). De acordo com várias análises de alguns termos técnicos, vale ressaltar que existem estudos para designar esse consumo com vista na preocupação ambiental, além do consumo consciente, há o consumo sustentável e o consumo verde. (RIBEIRO; VEIGA, 2011).

Os hábitos de consumo vêm se diversificando de forma extraordinária, a mudanças vem ocorrendo com a mesma velocidade que o avanço da tecnologia e o perfil de cada consumidor correspondem ao contorno da sociedade de consumo de hoje (CERETTA; FROEMMING, 2011). Definido pela constante prática do ter para possuir o hábito para consumir, tem se tornado um impasse para a sociedade atual, uma vez que a tecnologia tem avançado no quesito de inovação, sempre introduzindo novidades, de maneira que as pessoas não conseguem ter o último modelo pois já está sendo inserindo outro mais inovador.

Após serem confrontados com efeitos ambientais de consumo, os consumidores podem mudar de opinião respondendo estes com atitudes pró-ambientais na hora de realizar suas compras (VELURI, 2012). Assim pode observar a influência de valores como elemento crucial para a mudança de atitude do indivíduo.

No Brasil, há vários estudos que comprovam o acesso à informação ambiental como a garantia para tomada de consciência em relação às causas ambientais e a possibilidade de construção de uma sociedade sócio ambientalmente responsável (FRANCISCO, 2011; PEITER, 2012),

A consciência ambiental está nivelada às convicções do indivíduo em relação às causas ambientais, seu posicionamento através de ações e atitudes que manifestem comportamento pró-ambiental. Para Dubeux e Correa (2011), os jovens principalmente estão mais à questão dos problemas ambientais, no entanto, o fato de estarem constantemente bem informados a respeito das práticas corretas, assim como a importância das mesmas para a sobrevivência da humanidade, contudo não assumem uma postura favorável ao meio ambiente, mesmo tendo essa informação, isso faz com que não contribuam para a realização de projetos para preservação do meio ambiente.

## **2.6 Responsabilidade Social e Meio Ambiente**

Uma empresa, seja qual for, necessita ter consciência e comportamento responsável, tornar uma empresa com consciência de Responsabilidade Social é uma vantagem significativa no atual cenário mundial.

Medina (1994, p.9) afirma que “o ambiente se gera e se constrói ao longo do processo histórico de ocupação e transformação do espaço por parte de uma sociedade. Portanto, surge como síntese histórica das relações de intercâmbio entre sociedade e natureza”.

Pinheiro (2008) considera que “a responsabilidade social é um tema muito amplo e pode representar desde ideias como o simples cumprimento das leis, das ações sociais por meio de doações e contribuições, e até inclusão de uma atuação ética e responsável nos negócios”.

De acordo com Pinheiro pensar em agir com responsabilidade social é a forma correta, mas os engenheiros devem, paralelamente, pensar nos reflexos de sua atividade sobre a sociedade, em como auxiliá-la, seguindo as Leis que orientam uma ação responsável das empresas no ramo da construção civil, o que por diversas vezes é deixada de lado, esquecendo a sua importância e visando somente o próprio lucro e desprezando o bem comum.

Alguns doutrinadores salientam a importância que os debates acadêmicos têm para a contribuição de uma melhoria da responsabilidade social.

O debate acadêmico tem um papel crucial a desempenhar no estabelecimento de uma pauta de pesquisas e discussões, que possibilitem sustentar a prática das ações sociais e da responsabilidade de cada agente no processo dessas ações. Naturalmente, as definições e proposições sobre a RSE variam conforme o contexto em que são formuladas.

À medida que novos horizontes de atuação das empresas vão surgindo, observa-se a flexibilização das abordagens sobre o papel das empresas na sociedade. O mesmo pode-se dizer das pressões da sociedade à medida que agravam as desigualdades e a agressão ao meio físico, em função do crescimento econômico desenfreado (GOMES ; MORETTI, 2007. p.157).

Os debates dos acadêmicos acabam melhorando a consciência das empresas, observando o campo de atuação das empresas e a modificação da visão da sociedade que pressiona ainda mais as empresas para que as desigualdades sejam diminuídas e os impactos ambientais muito mais.

A mudança de atitude das empresas passou a ser impulsionada pela ação da sociedade e das próprias empresas na competitividade, bem como os movimentos da sociedade civil, a partir do início da década de 1960.

Segundo Sirvinskas (2010), a ética ambiental refere a compreensão que o homem tem sobre a necessidade de preservar ou conservar os recursos naturais essenciais à perpetuação de todas as espécies de vida existentes no planeta, isto tudo está relacionado com a alteração nas condições físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, ocasionada pelas atividades empresariais.

No ambiente empresarial, as questões ambientais estão inclusas no conceito socioambiental, de uma forma onde evidencia que a educação ambiental não se trata de uma

ação isolada, mas, que deve ser inserida na cultura organizacional. (BIANCHI, GELATTI, LELIS e LOBATO, 2010). Sendo assim, todos que estão envolvidos com a organização em si, já de algum modo influencia na preservação, com práticas ambientais tanto interno quanto externas.

O sistema de gestão ambiental requer um processo de transformação, onde a exploração de recursos e a orientação dos investimentos reforçam o ambiente, uma vez que mantém e se também pode aumentar o potencial que atende as necessidades da humanidade. (LACOMBE ; HEILBORN, 2008). Sendo assim, surgem alguns instrumentos para normatizar a atuação do homem ao meio ambiente, que é o caso da norma ISO 14001, aceita mundialmente para certificação dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs). Apesar de não garantir que os problemas de natureza ambientais estejam resolvidos a ISO 14000 estabelece as diretrizes básicas para a implementação de um SGA, assim construindo um processo genérico e também completo com o intuito de melhoria em relação ao meio ambiente. (ALBERTON e COSTA, 2007).

A forma com que a organização atua e desenvolve as ações ambientais e sociais estão ligadas à sua cultura e estratégia específica (MACÊDO; CÂNDIDO, 2011). Entretanto as práticas começam desde um pequeno gesto no ambiente interno a um gesto maior fora da organização.

De acordo com Almeida (2010) a empresas deve divulgar as ações que são praticadas de forma transparente, até mesmo o que se refere a passivos sociais e ambientais, e devem ser evidenciados, fazendo parte da estratégia de negócios, que ainda envolve a visão e a prática dos códigos e normas que servem como indicadores de sustentabilidade.

Assim, pode – se afirmar que a responsabilidade ambiental é mais que um conceito, é um valor e pessoal e institucional onde reflete nas atitudes dos colaboradores, organizações e empresários. Estando ligada a diretamente aos negócios das organizações e como ela os dirige.

No Brasil ainda não possui método próprio para analisar os impactos ambientais, utilizando ainda os modelos e padrões internacionais. Ou seja, o Brasil ainda não tornou prioridade a sustentabilidade, estando ela ainda em segundo plano, até porque esse investimento representa um custo a curto prazo, as empresas não analisam o benefício a longo prazo, que este custo pode representar, para as empresas e conseqüentemente para a sociedade

Benite (2010) explica que em razão do novo cenário mundial, diversas empresas estão criando certificações, selos de qualidade, etc., a fim de evidenciar a sua preocupação e compromisso com a sustentabilidade.

A essência do consumo consciente está em fazer com que os consumidores tenham uma consciência ecologicamente seletiva, desenvolvendo hábitos de consumo responsáveis com menor impacto negativo ao meio ambiente. É preciso que seja observado as necessidades reais e as criadas pelas mídias para evitar os desperdícios.

## **2.7 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P**

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) trata – se é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2009), o principal objetivo estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas obrigações de rotinas.

Os órgãos públicos que tem o papel de regular e fiscalizar deve apresentar-se conforme a mudança de comportamento institucional quanto à sustentabilidade, assim ajustando-se aos poucos. O incentivo à sustentabilidade das atividades mostra-se uma variável de grande importância e urgência a fim de garantir a efetiva mudança de paradigmas na sociedade como um todo (SILVA, 2011).

Para Luiz, et al., (2012), a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999 com o intuito de estabelecer parâmetros sociais e ambientais, buscando ideias e inovações para a gestão do consumo e da produção e, ainda, propor aos gestores públicos a sua inserção em suas atividades práticas de responsabilidade socioambiental. Somente dois anos depois foi oficialmente criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública.

A implantação da A3P requer planejamento bem como o desenvolvimento de ações educativas e de treinamento. Tem como expectativa uma atuação de caráter voluntário, que pretende incentivar a adoção de um modelo de gestão pública que retifique e reduza os impactos negativos causados durante a jornada de trabalho, pelo uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos (CAVALCANTE, 2012).

A A3P foi estruturada em 5 eixos, que se tornam prioritários ao tema, tais como:

- **Eixo do uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos**

O MMA, na cartilha A3P (2009), compromete-se com a utilização dos recursos naturais e dos produtos de consumo de forma econômica, racionando água, energia, madeira, papel, enfim, evitando o desperdício.

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente. Quando se fala em meio ambiente, passam despercebidas oportunidades de negócios ou de redução de custos. Sendo o meio ambiente um potencial provedor de recursos mal aproveitados, sua inclusão no horizonte de negócios (MMA – A3P, 2009, p. 37).

A proteção ambiental, em face da crescente demanda, como a potencialização de novas possibilidades de oferta ambiental assume importância extraordinária, com notável influência sobre o desenvolvimento. De acordo com o MMA – A3P (2009), a conservação de energia, água e outros recursos naturais significa custos de produção.

Em resumo, a valorização de recursos ainda não incorporados à atividade econômica. Ou seja, é recurso hoje o que não foi recurso ontem; assim como, poderá ser recurso no futuro o que não foi percebido hoje como recurso.

- **Eixo da gestão Adequada de Resíduos Gerados**

Baseia em reduzir o consumo, combater o desperdício e destinar o resíduo gerado de forma correta. Essa é a base da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. De acordo com o MMA (2009, p.40) a política dos 5R's apresenta a vantagem de permitir aos administradores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar na reciclagem.

A grande parte dos resíduos produzidos vem das atividades realizadas nas instituições públicas e consistem de: papéis, plásticos, cartuchos e toner, além de certa quantidade de pilhas e baterias, além de metais e vidros utilizados (MMA-A3P, 2009).

- **Eixo da Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho**

Os órgãos públicos, via de sua administração, devem sempre planejar e praticar ações que viabilizem aos servidores melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho, por meio da integração social, promoções da saúde e segurança, melhores condições do ambiente em geral e do estímulo do aumento das faculdades intelectuais humanas, entre outros fatores.

A Agenda Ambiental na Administração Pública MMA (2009, p 43), destaca que, a qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.

A qualidade de vida tem como objetivo facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador de acordo com as funções exercidas no seu dia a dia na organização tendo como base o fato de que as pessoas são mais produtivas quanto mais satisfeitas e envolvidas como próprio trabalho.

- **Eixo da Sensibilização e Capacitação**

Quando os servidores mudam os seus hábitos, comportamentos e padrões de consumo impactam diretamente na preservação dos recursos naturais, contribuindo assim para uma boa qualidade ambiental. A conscientização cidadã da responsabilidade socioambiental nos gestores e servidores públicos é um desafio imenso para a implantação da A3P, porém de suma importância para que tenha sucesso.

Segundo a Cartilha Ambiental da Administração Pública (2009, p. 45):

A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

O processo de sensibilização dos servidores é feito por meio de campanhas socioeducativas, palestras, fóruns, mídias, entre outros meios, que têm não só o objetivo inicial de sensibilizar e conscientizar, como também criar um entrosamento maior e um melhor bem-estar entre os colaboradores. Essas campanhas têm que, além de sensibilizar os servidores, proporcionar uma maior interatividade.

- **Licitações Sustentáveis**

A A3P procura refletir sobre as compras públicas em torná-las sustentáveis. Enviando assim orientações para os responsáveis pelas compras. Implantando mudanças no manejo de compras, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução.

De acordo com a Cartilha A3P-MMA (2009) licitações sustentáveis são aquelas que consideram a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e processos a ela relacionados. As licitações são regulamentadas pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, mas não atribui o fator de sustentabilidade ambiental às compras e serviços adquiridos.

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço (MMA – A3P, 2009, p. 47).

Dessa forma, para o MMA – A3P (2009), os gestores públicos devem não só se preocupar com a qualidade socioambiental dos bens e serviços adquiridos e contratados, mas também com as aquisições efetuadas em licitações, as quais devem ser realizadas de forma sustentável, gerando benefícios de médio e longo prazo.

Os eixos temáticos apresentados pela MMA – A3P (2009), englobam vários fatores que se tratados corretamente, serão decisivos para sua implantação nas esferas públicas. Através destes os gestores públicos têm uma base de como inserir as propostas apresentadas nos órgãos que administram.

Segundo o MMA – A3P (2009), as práticas adotadas e uma vez consolidada a implantação de forma adequada da Agenda Ambiental da Administração Pública, a comissão formada deve avaliar e monitorar diuturnamente o desempenho ambiental, com a finalidade de viabilizar informações sobre a eficiência e eficácia do projeto.

## **2.8 Educação Ambiental**

O presente assunto é bastante relevante na atualidade, considerando a situação que a humanidade se encontra, é considerado um dos assuntos para relevantes visando também às consequências futuras.

Segundo Brandão (1990, p 20) a educação popular tem o dever de estimular uma educação que tenha a capacidade de fazer sua maneira de tomar decisões nas mais diversificadas situações. Desta forma reinventando o próprio saber, e assim que não seja uma condensação de conhecimentos e afastado de habitualidade.

Surgiu como resposta à preocupação da sociedade com o futuro da vida, pois sua proposta é superar a diferença entre a natureza e sociedade, através da formação de uma

noção ecológica, que tem como fundamento principal a visão socioambiental, afirma que o meio ambiente é um espaço de relações, é um campo de interações culturais, sociais e naturais. (CARVALHO, 2008)

A educação ambiental surge como instrumento fundamental para a preservação e proteção dos recursos naturais, de acordo com Queiroz (2008), a educação é a maneira mais certa que pode acionar os direitos que todos têm em viver em um ambiente ecologicamente equilibrado. Quando o indivíduo e a coletividade ambientalmente educados e conscientes são aptos a constituir uma sociedade democráticas que estão ligadas diretamente no seu interesse maior, que é um ambiente sustentável.

É possível observar a preocupação de vários segmentos da sociedade civil organizada, bem como entidades governamentais em temáticas atuais, como a preservação da biodiversidade, discussões em torno dos temas da Agenda 21, conferências do meio ambiente estadual, etc., sendo inevitável o comprometimento dos municípios na elaboração do Plano diretor, que melhor atendam suas necessidades políticas de meio ambiente, capacitação contínua de recursos humanos; e com isso a tomada democrática e transparente das decisões que afetam diretamente a qualidade de vida da comunidade e suas prioridades ambientais.

De acordo com a Lei 9.795/99 no capítulo I, que dispõe sobre a educação ambiental no artigo primeiro diz que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltada para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

A evolução industrial e tecnológica dos últimos tempos levou o meio ambiente a um estado de depreciação nunca visto anteriormente. O homem acreditou em poder tirar o máximo proveito dos recursos naturais do planeta, sem sofrer as consequências de seus atos (NARCIZO, 2009)

Vale salientar que a educação ambiental não está ligada somente com o conhecimento, mas principalmente com o processo de mudança de comportamento, para a melhoria das ações, valores, adequação com a necessidade com a atualidade.

Segundo Reigota (2011), o desperdício e consumo excessivo podem ser citados como os fatores principais que levam a degradação ambiental. Desse modo, entre outros objetivos, a Educação Ambiental objetiva instruir cidadãos para sejam conscientes em relação à preservação do planeta.

Medina (1997) elucida que o problema com a destruição do meio ambiente passou a ter maior atenção os anos sessenta, momento em que surgiram discussões de como seria o

futuro da humanidade. Mas somente nos anos setenta é que o tema passou a possuir mais destaque e figurar assunto central de reuniões e demandas, tanto nas instituições de ensino quanto no cotidiano.

Ainda de acordo com Medina (1997, p 07) “As crescentes discussões nesta época abordavam o problema de contaminação e conservação do meio natural, observando a relação existente entre a pobreza e a degradação do meio ambiente.”

A análise da degradação do meio ambiente deve ser realizada de forma completa e complexa, visando o lado da natureza, como também das ciências humanas e sociais que irá refletir nas diversas áreas do conhecimento.

Fazenda (1995, p. 15) relata “o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva”, ou seja, a complexidade da educação ambiental deve ser abordada de forma ampla, mas sem esquecer de focar no que é especializado, para que no futuro, após realmente ser aplicada, supere as fronteiras do saber, nas diversas e diferentes disciplinas.

A educação ambiental veio a se tornar lei em 27 de abril de 1999. Conforme está descrito na lei nº 9.795, Educação Ambiental pode ser definida de acordo com Mousinho (2008) os métodos em que os indivíduos e a coletividade produzem valores, habilidades, competências, atitudes e conhecimento voltados a preservação do meio ambiente, bem de uso natural do povo, é essencial para a qualidade de vida e para a sustentabilidade.

A educação ambiental, quando estudada nas diversas formas e em diversas atividades, possibilita que o cidadão possa participar e intervir nas decisões que irão afetar o seu meio natural e ambiental.

Segundo Filvock e Teixeira (2006, p. 734), o papel da Educação Ambiental consiste em “redefinir os valores, a moral e os comportamentos dos indivíduos em relação à natureza para que estes não a degradem”.

Existe uma divergência criada entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, e é isso que deve ser conscientizado e equilibrado para que todos tenham uma qualidade de vida e um meio ambiente saudável, conforme esclarece Orr (1993), há uma necessidade de que os jovens dos próximos séculos saibam como gerar uma civilização que opera com energia solar, conserve a biodiversidade, proteja solos e florestas, desenvolva empreendimentos locais sustentáveis e que diminua e repare os danos causados ao planeta.

De acordo com Quintas (2006) a educação ambiental constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio

ambiente, sendo assim, a organização pode ampliar e incentivar a conscientização através da educação ambiental dos servidores.

É necessário que as futuras gerações mudem as formas de agir e pensar, respeitando o meio ambiente, mesmo abrir mão do desenvolvimento, que pode ser sustentável e alavancar todas as sociedades.

O processo do trabalho de restauração deve ser iniciado em toda sociedade, tanto nas idades iniciais das escolas, quanto na fase adulta com programas de conscientização.

Uma grande riqueza, que deve ser preservada, cultivada para que todos possam gozar dos benefícios que o meio ambiente pode trazer e já traz para toda população. É necessário que se invista na educação ambiental, para que as novas gerações tenham uma consciência e responsabilidade com o meio ambiente. O conhecimento passa a ser o principal instrumento para a “conscientização” dos sujeitos. Serve para que indivíduos possam agir corretamente em relação ao ambiente.

## **2.9 Sistema de Gestão Ambiental**

De modo geral a gestão ambiental pode ser definida como sendo o conjunto de atividades que tem por objetivo o menor impacto no meio ambiente, ou seja, que uma organização escolhe as melhores técnicas para que seja cumprida a legislação.

Dias (2012) divide o poder público em três papéis diferentes que trazem demonstração maior a respeito da responsabilidade socioambiental na esfera pública, dentre estes, destaca-se como empregador, produtor e provedor de serviços: “O Estado tem similaridade com a empresa. E como empresa, deve atentar para as consequências que geram suas atividades produtivas, evitar a degradação do meio ambiente e assegurar condições de trabalho decente a seus trabalhadores”.

Ferreira (2009) acrescenta que a principal razão da existência da gestão ambiental é que deve melhorar o retorno econômico possível sobre os recursos da entidade, considerando a preservação do meio ambiente.

Tachizawa (2006, p. 26) descreve que “gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas”.

A gestão ambiental está de fato focada nas ações que uma organização possui, pode ser uma organização pública, privada, corporações, dentre outras definições, que possuem ações que visam a segurança e proteção do meio ambiente, minimizando os danos ambientais que possam ser decorrentes das ações das organizações (WEBER, 2004).

Segundo Braga, 1996 apud Gutberlet (1996) as séries de normas, selos e rótulos ambientais tem como objetivo proteger o produtor que respeita as leis e princípios da conservação ambiental contra os que produzem mais barato por não investirem na produção ecologicamente correta, assim não há custos ambientais para estes que obtém melhor competitividade. Porém o selo verde pode ser um diferencial diante a barreira comercial não tarifária para proteger certos mercados e podendo até excluir produtos.

É importante para a empresa criar um plano base para que se possa implantar um sistema padrão, onde toda a organização ira se mapear para ter um sentido único.

No que tange a Gestão Ambiental Meyer (*apud* KRAEMER, 2006, p. 09) dispõe que, para manter o meio ambiente saudável a medida do possível tem o objetivo atender as necessidades humanas atuais para que não comprometa as necessidades das gerações futuras; é sobre um meio de acionar sobre as modificações causadas ao meio ambiente; emprega mecanismos que monitoram, controlam, taxam, impõem, além de treinamento e conscientização; é base de atuação de diagnósticos, cenários ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas encontrados.

Através das ações de preservação que são realizadas pelas organizações é necessário seguir alguns objetivos da gestão ambiental que Meyer (2000) sugere, tais são: Gerir as tarefas da empresa; manter em conjunto com a área da segurança do trabalho, a saúde dos trabalhadores; colaborar com setores econômicos, com a comunidade e com os órgãos ambientais para que sejam desenvolvidos e adotados processos produtivos que evitem ou minimizem agressões ao meio ambiente

O objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada. A base da gestão ambiental é realizar fundamentos, ou seja, usar fundamentos que irão atender a legislação ambiental que irão conscientizar toda a organização, não somente os maiores cargos, mas sim do menor ao maior.

Segundo Donaire (2008), atualmente, as empresas, sejam elas de cunho público ou privado, tem como objetivo a ser imposto a preservação do meio ambiente. Décadas atrás, essa preocupação não era destacada, tornando as organizações de uma certa forma irresponsáveis com relação aos cuidados com o planeta.

Os fundamentos da gestão ambiental bem denominado pelo Sistema de Gestão Ambiental cita a norma ISSO 12001, que em síntese diz que os recursos naturais (matérias primas) são limitados e estão sendo fortemente afetados pelos processos de utilização, exaustão e degradação decorrentes das atividades públicas e privadas, os bens naturais (água e ar) já estão deixando de ser bens livres e grátis.

O crescimento da população humana, principalmente em grandes regiões metropolitanas e nos países menos desenvolvidos, exerce forte consequência sobre o meio ambiente em geral e os recursos naturais em particular, a legislação ambiental.

Sendo assim, exige cada vez mais respeito e cuidado com o meio ambiente, exigência essa que conduz coercitivamente a uma preocupação ambiental, pressões públicas exigem cada vez mais responsabilidade ambiental das empresas, bancos, financiadores e seguradoras dão privilégios a empresas ambientalmente sadias ou exigem taxas financeiras e valores mais elevados de firmas poluidoras, a sociedade em geral e a vizinhança das fábricas em particular, estão cada vez mais exigentes e críticas no que diz respeito a danos ambientais e à poluição provenientes de empresas e suas atividades.

Organizações Não-Governamentais estão sempre mais vigilantes, exigindo o cumprimento da legislação ambiental, a minimização de impactos, a reparação de danos ambientais, compradores de produtos intermediários estão exigindo cada vez mais produtos que sejam produzidos em condições ambientais favoráveis, a imagem de empresas ambientalmente saudáveis é mais bem aceita por acionistas, consumidores, fornecedores e autoridades públicas, acionistas conscientes da responsabilidade ambiental preferem investir em empresas lucrativas, mas também ambientalmente responsáveis.

A gestão ambiental empresarial está sendo diariamente discutida, principalmente nos países ditos industrializados e também já nos países considerados em vias de desenvolvimento; e a demanda por produtos cultivados ou fabricados de forma ambientalmente compatível cresce mundialmente, em especial nos países industrializados, onde os consumidores tendem a dispensar produtos e serviços que agredem o meio ambiente.

Nesse contexto, Tachizawa (2006, p. 49) explica que “com as novas tecnologias de informação, serão induzidas novas formas de administração, criando assim um novo tipo de gestor.” Para adequar – se a esse novo tempo esse profissional irá trabalhar em organizações com menos hierarquia, com ambiente menos informal, onde as pessoas poderão se comunicar rapidamente por meios de redes informatizados. Os resultados afetam de uma forma positiva para a responsabilidade ambiental e social, de maneira que contribua para menores impactos negativos ao meio ambiente.

A percepção sobre a questão ambiental evoluiu principalmente nos últimos 10 anos e as organizações perceberam que o uso eficiente dos recursos naturais é um bom negócio. Seguindo o entendimento do Isso, Kinlaw (1997, p.57) elucida as formas que as empresas são pressionadas para atender as questões ambientais, tais são:

- 1) observância das leis e regulamentos ambientais, de quantidade e rigor cada vez maiores;
- 2) multas e custos punitivos pelo não cumprimento das leis ou mesmo como respostas a acidentes e desastres causados pelas empresas;
- 3) culpabilidade pessoal e prisão de indivíduos que violam as leis ambientais;
- 4) organizações ativistas ambientais têm proliferado em nível internacional, nacional e local;
- 5) cidadania despertada através da busca de mais informações e busca dos cidadãos por canais pelos quais possam expressar seus desejos ao mundo empresarial;
- 6) sociedades, coalizões e associações pronunciam-se e implantam programas que possam influenciar um comportamento empresarial voltado ao meio ambiente;
- 7) códigos internacionais de desempenho ambiental criam pressões globais para o desempenho ambiental responsável;
- 8) investidores e acionistas ambientalmente conscientes, que atentam mais ao desempenho e posição ambiental das empresas e ao potencial risco financeiro do não desempenho em evitar danos ao meio ambiente, ocasionando multas, custos de despoluição e custos de processos judiciais;
- 9) preferência do consumidor em buscar empresas e produtos “verdes”, providos de informações suficientes para questionar as campanhas de propaganda ambiental;
- 10) mercados globais onde a concorrência internacional existe no contexto de grande quantidade de leis e regulamentos ambientais;
- 11) política global e organizações internacionais exercem pressões direta sobre as nações, afetando indiretamente o mundo empresarial;
- 12) concorrência vinda das empresas que adotam o desempenho ambiental sustentável reduzindo seus resíduos e seus custos e descobrindo novos nichos de mercado – os “nichos verdes”; e
- 13) outras pressões, ainda que em perspectivas futuras, como a preferência de pessoas em trabalhar em organizações com bom histórico ambiental; e aos custos totais dos produtos e serviços, além dos custos de produção e distribuição, serão adicionados os custos totais da degradação ambiental associada a eles.

A gestão ambiental não é algo que deve ser sozinho dentro de uma organização, é um conjunto de atividades que irão visar a preservação do meio ambiente e, ainda, a restauração do que já foi degradado. Além de tudo a gestão ambiental deve estar em consonância com a Responsabilidade ambiental, econômica e o social.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo principal descrever os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins da cidade de Palmas – TO.

De acordo com Oliveira (2005), metodologia pode ser entendida como um processo no qual se aplica diferentes tipos de métodos, técnicas e materiais, podendo ser tanto laboratoriais como instrumentos e equipamentos para se coletar dados no campo.

O detalhamento dos procedimentos metodológicos inclui a indicação e a justificação do paradigma que orienta o estudo, etapas de desenvolvimento da pesquisa, descrição do contexto, processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados e recursos utilizados para maximizar a precisão de resultados (DENKER, apud OLIVEIRA, 2005, p. 29)

Os passos para a realização do trabalho científico, como conclusão dos objetivos gerais e específicos, estão inseridos na metodologia, sendo esta de fundamental relevância para a finalidade desse projeto.

#### 3.1 Tipos de pesquisa

Quanto ao objetivo metodológico a pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória que permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de uma pesquisa.

De acordo com o procedimento metodológico a pesquisa se caracteriza como pesquisa de levantamento de dados que é aquela em que as características de interesse de uma população são levantadas (observadas ou medidas), mas sem manipulação. É a pesquisa realizada mediante a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem. (GIL, 1996, p. 56)

Por fim, tem-se a pesquisa descritiva, que, para Oliveira (2005), trata-se de uma pesquisa abrangente que permite uma análise aprofundada do problema de pesquisa com relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos.

Quanto ao local metodológico a pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo. A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no

real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

### 3.2 Abordagem do Estudo

A análise dos dados aplicados a esta pesquisa foi realizada por meio da abordagem quantitativa. Quanto à natureza pesquisa é quantitativa, está ligada ao dado imediatos. O que significa que ela se preocupa com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises estatísticas. Obteremos um cruzamento de informações, que terá mais confiança nos dados.

A base da informação na pesquisa quantitativa são os dados, que, nos métodos quantitativos, são classificados em (KNECHTEL, 2014, p. 93):

- **dados primários:** obtidos no campo da pesquisa, diretamente com as fontes originais de informação (sujeitos respondentes e/ou entrevistados);
- **dados secundários:** dados já processados, normalmente vindos de pesquisas oficiais e/ou outras fontes credenciadas.

Para Oliveira (2005, p. 38), “o método quantitativo significa quantificar dados obtidos através de informações coletadas por meio de questionários, entrevistas, observações, assim como o emprego de recursos e técnicas estatísticas”.

Com este intuito, o presente estudo foi executado junto aos servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com endereço Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - Tocantins.

### 3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Como o objetivo do estudo é analisar os hábitos de consumo consciente dos servidores as informações foram coletadas a partir dos mesmos através de um questionário estruturado.

Para o levantamento de dados, é fundamental selecionar instrumentais adequados que sejam capazes de preencher os requisitos de validade, confiabilidade e precisão. Entre os instrumentais mais escolhidos estão as entrevistas, questionários, formulários e planilhas (OLIVEIRA, 2005).

O modelo do questionário estruturado foi o guia para o estudo, após serem analisados os dados foram divulgados, no documento de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Para Marconi e Lakatos, as vantagens do questionário são: economia de tempo atinge o maior número de pessoas ao mesmo tempo, obtém respostas rápidas e precisas, há mais segurança e menos risco de adulteração.

A coleta de dados foi efetivada junto a 41 servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins mediante a aplicação de questionários contendo 18 perguntas sendo 16 fechadas conforme a especificação típica da escala Likert (MALHOTRA, 2006), para facilitar o entendimento dos respondentes e 2 abertas.

### 3.4 Matriz de Amarração

A matriz de amarração é a maneira de avaliar a coerência das relações estabelecidas entre as dimensões e decisões de encaminhamento de uma pesquisa. Trata-se de uma ferramenta que apresenta uma síntese da pesquisa a ser desenvolvida. Essa ferramenta fornece uma abordagem sistêmica para o exame da qualidade da pesquisa, entendida como a adequação entre modelo adotado, objetivos a serem atingidos, questões ou hipóteses formuladas e tratamento dos dados (MAZZON, 1998 apud TELLES, 2001).

Segundo Telles (2001), a operacionalidade da Matriz de Amarração proporciona uma estrutura esquemática que sintetiza, de forma transparente, a configuração da pesquisa. Assim, oferece ao pesquisador a visualização do trabalho de forma sistematizada, facilitando o exame de sua estrutura, da coerência da proposta, do desenvolvimento, de suas limitações e de sua defesa, como também favorece, na mesma proporção, a compreensão e/ou avaliação de terceiros.

Mazzon (1981, p.54) apresenta um instrumento de análise focalizado na aderência e compatibilidade entre o referencial teórico, os objetivos, as hipóteses de pesquisa e as técnicas de análise planejadas para tratamento dos dados em termos qualitativos. Sendo assim, para identificação das variáveis de pesquisa adotadas e suporte para a análise e a validação das variáveis, o Quadro 2 apresenta a matriz de amarração de Mazzon, conforme sugerida por Telles (2001).

#### Quadro 2. Matriz de Amarração

Objetivo geral	Objetivos específicos	Referencial teórico relacionado	Questões
----------------	-----------------------	---------------------------------	----------

Analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis.	Objetivo 1: Descrever o nível de consciência ambiental dos servidores	O nível de consciência das pessoas com o aumento do calor e da população está crescendo, porém ainda há muito para que estas a coloquem em prática. O consumidor consciente preocupa-se com o impacto da produção e do consumo sobre o meio ambiente, buscando a melhor relação entre preço, qualidade e atitude social em produtos e serviços oferecidos no mercado, além de mobilizar outros consumidores para a prática do consumo consciente (MOURÃO, 2011).	Parte II 5 – 8
	Objetivo 2: Averiguar o conhecimento sobre práticas sustentáveis dos servidores	De acordo com Almeida (2010) a empresas deve divulgar as ações que são praticadas de forma transparente, até mesmo o que se refere a passivos sociais e ambientais, e devem ser evidenciados, fazendo parte da estratégia de negócios, que ainda envolve a visão e a prática dos códigos e normas que servem como indicadores de sustentabilidade.	Parte III 9 – 12
	Objetivo 3: Identificar os comportamentos sustentáveis presentes entre os servidores	A forma com que a organização atua e desenvolve as ações ambientais e sociais estão ligadas à sua cultura e estratégias específicas (Macêdo & Cândido, 2011). Entretanto as práticas começam desde um pequeno gesto no ambiente interno a um gesto maior fora da organização.	Parte IV 13– 18

Fonte: Da pesquisa (2019)

### 3.5 População, amostra e amostragem

Para a coleta dos dados foi idealizado e aplicado o questionário com as características já descritas, e integrante do Apêndice I, deste trabalho.

Para a definição dos servidores a responderem o citado questionário, entendeu – se ser o melhor que os gestores das diretorias os escolhessem dentre os servidores das unidades.

A ferramenta em tela foi concebida de forma a demonstrar o que os servidores entendem por práticas ambientais e que ações vêm sendo praticadas no ambiente de trabalho e na sociedade nas quais os mesmos estão inseridos

Na SEMARH/TO há um total de 82 servidores entre efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários.

Entretanto, para efeito de funcionalidade e praticidade, foram escolhidos 41 servidores, para comporem a amostra da pesquisa.

Para a escolha dos respondentes foi usada a amostra não probabilística por conveniência, que consiste numa amostragem em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Conforme a especificação típica da escala Likert (MALHOTRA,

2006), para facilitar o entendimento dos respondentes. Essa amostragem procura obter uma amostra de elementos convenientes. A seleção das unidades amostrais é deixada em grande parte a cargo do pesquisador. Esta técnica é a que menos tempo consome e a menos custosa. Dentre as questões que compõe o questionário há de múltipla escolha que consiste em um formato versátil que permite que o respondente escolha uma ou mais opções entre uma lista. Por ser bem flexível e fácil de entender, é o tipo de pergunta mais usada em questionários de pesquisa, assim como dicotômica onde é uma pergunta que só tem duas opções de resposta, no caso do instrumento em questão “sim” e “não”.

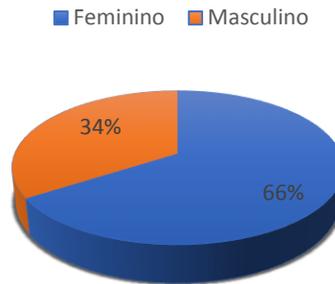
### **3.7 Procedimentos para Análise dos Dados**

Para a tabulação e análise dos dados contidos nos questionários foi utilizada a ferramenta Excel, em função da baixa densidade dos dados e dos cálculos. O próprio programa gerou as respostas, os percentuais e os gráficos.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A seguir são apresentados resultados dos questionários aplicados aos servidores da Instituição.

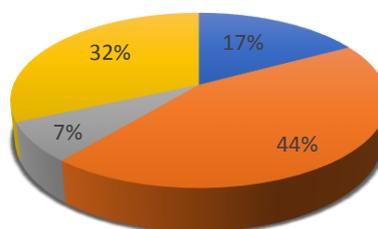
**Gráfico 1 – Gênero**



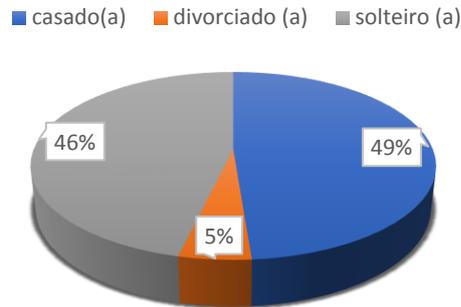
Percebe-se que o número de respondentes do gênero feminino foi bem maior que os do gênero masculino, sendo 66% Feminino e 34% masculino. Uma explicação para esta diferença significativa relacionada ao sexo dos respondentes pode ser relacionada a essa diferença pode ser sugerida em função da frequência ao trabalho no horário de desenvolvimento das entrevistas serem mais feminina.

**Gráfico 02 - Faixa Etária**

■ De 21 a 29 anos ■ De 30 a 39 anos ■ Acima de 50 anos ■ De 40 a 49 anos



Dentre os 41 participantes da pesquisa a faixa etária predominou foi de 30 a 39 anos com 44%, seguido de 32% dos servidores de 40 a 49 anos, 17% de 21 a 29 anos e por fim, 7% são acima de 50 anos.

**Gráfico 3 – Estado Civil:**

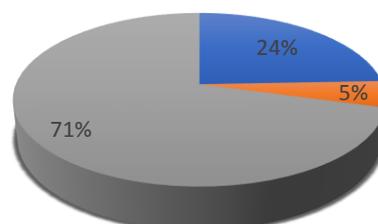
Quanto ao estado civil, 49% são casados (as), 46% dos participantes são solteiros (as) e 5% são divorciados (as).

**Gráfico 4 – Renda Familiar**

Pode-se observar que há respondentes das 3 classes de renda selecionadas para os 41 participantes da pesquisa, sendo que 44% das pessoas tem renda de 4 a 5 salários mínimos, 32% tem renda de mais de 6 salários mínimos e 24% dos participantes tem renda de 2 a 3 salários mínimos.

**Gráfico 5 - De acordo com o seu conhecimento sobre sustentabilidade, pode-se afirmar que:**

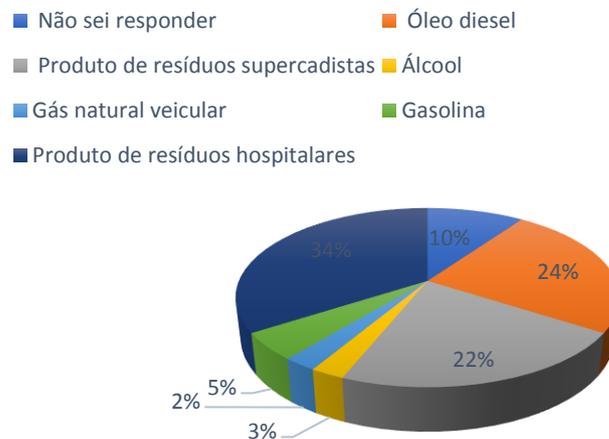
- Sustentabilidade é a ação que visa a preservação do meio ambiente
- Sustentabilidade é o mesmo que Ambientalismo
- Sustentabilidade pode ser entendida no contexto econômico, social e ambiental



A partir do Gráfico 5 é possível verificar que 71% dos respondentes afirmaram que a sustentabilidade pode ser entendida no contexto econômico, social e ambiental, bastante significativos para a atualidade. Por sua vez, 24% responderam que sustentabilidade é voltada somente para a área ambiental e apenas 5% responderam que sustentabilidade é o mesmo que ambientalismo.

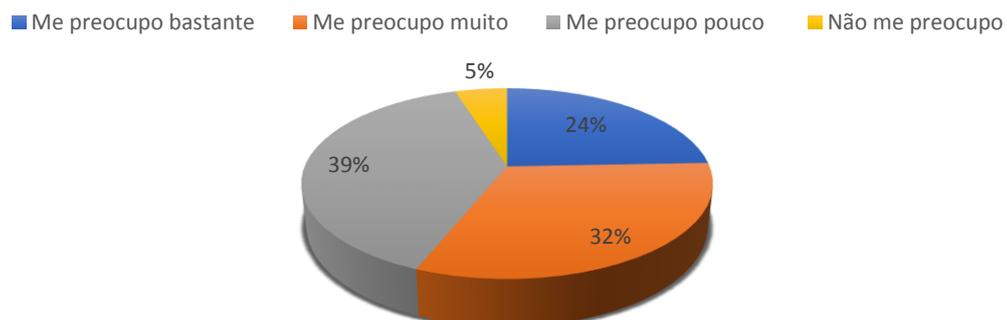
Foi percebido que um número significativo de colaboradores, apesar da adoção pela SEMARH/TO da Agenda Ambiental da Administração Pública, ainda não tenha assumido conceito mais moderno sobre o tema.

### Gráfico 6 - O que polui mais o meio ambiente?



No Gráfico 6 está apresentando as respostas com relação à pergunta “O que mais polui o meio ambiente? ”. Esta análise permitiu observar que 34% consideram os resíduos hospitalares mais poluentes para o meio ambiente, 24% consideram o óleo diesel, e 22% os produtos de resíduos supermercadistas, 10% os o gás natural veicular e 3% o álcool e 2% não souberam responder.

### Gráfico 7 - Como você avalia a sua preocupação com as questões ambientais

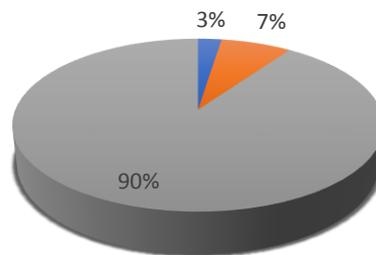


O Gráfico 7 mostra que, 39% dos participantes preocupam pouco com a preservação do meio ambiente, 32% se preocupam muito e 24% se preocupam bastante, no entanto, apesar das pessoas se preocuparem com as questões ambientais, 5% ainda não se preocupam com o meio ambiente e acham que as conveniências da vida não devem ser sacrificadas para que a conservação ambiental seja efetivada.

A constatação de que as pessoas, mesmo ao se preocuparem com a natureza, podem ter motivações egoístas (SILVA; BECK, 2010); e uma relação paradoxal entre consumir menos para preservar o meio ambiente e o planeta ou consumir mais para alcançar satisfação pessoal e manter a própria qualidade de vida, saúde e bens estar social (BECK, 2010).

**Gráfico 8** - Qual a sua opinião sobre o comportamento da sociedade em relação à preservação do meio ambiente?

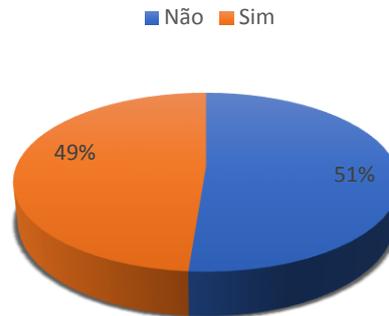
- A preservação ambiental é dever das grandes indústrias e empresas.
- A preservação ambiental é dever dos órgãos públicos, órgãos competentes.
- A preservação ambiental é responsabilidade de todo cidadão de maneira individual



Na opinião dos participantes 90% acham que a preservação do meio ambiente é responsabilidade de todo cidadão de maneira individual, 7% disseram que a preservação é dever dos órgãos públicos e órgãos competentes e 3% opinaram que a preservação ambiental é dever das grandes indústrias e empresas.

As empresas têm como aliado o governo que tem seu papel perante o desenvolvimento sustentável, fiscalizando se os projetos estão sendo corretamente aplicados e não deixando de lado a sociedade que também ajuda a levar a diante esta prática, cada pessoa tem papel em relação a preservação ao meio ambiente.

**Gráfico 9** - Você conhece o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?



Perguntados se conhecem o Programa A3P do MMA, 49% dos respondentes afirmaram que sim, e que o mesmo é voltado à inserção de práticas socioambientais na Administração Pública. Porém, é elevado o número de servidores - 51% - que não tem conhecimento do projeto.

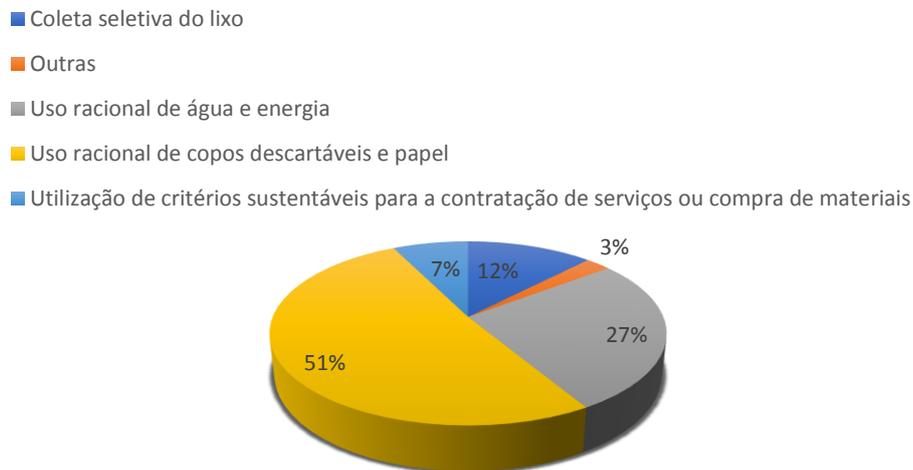
Considerando – se que o planejamento estratégico da Instituição foi implantado em 2012 baseado na A3P, significa a necessidade de mais atividades para sensibilização e capacitação do corpo administrativo, para divulgação do programa e intensificar a adesão e participação de todos, garantindo o seu sucesso.

Tendo em vista os dados expostos, afirma-se que, no caso do Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, parte considerável das mudanças almeçadas dependem do engajamento dos servidores e gestores, pelo fato de elas requererem mudança de cultura (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007).

Todavia Rua (2012) ressalta que os agentes implementadores nem sempre estão informados de seus papéis e qual a importância para a realização das transformações.

Assim, enfatiza – se que o grupo-alvo, no caso da A3P, os servidores são tanto os agentes implementadores quanto o grupo-alvo do programa também exerce poder em seu processo de implementação, podendo tanto apoiar quanto contrariar os efeitos desejados pelos gestores (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Por esse motivo, acordos com tais pessoas facilitam o processo, como é o caso dos Eco parceiros no âmbito da SEMARH/TO.

**Gráfico 10** - Quais práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente são adotadas pela SEMARH?



Os respondentes foram questionados sobre “quais práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente são adotadas pelo SEMARH/TO? ”, podendo escolher até três alternativas e citar outras de seu conhecimento.

O uso racional de copos descartáveis de papéis foi quantificado em 51%, O uso racional de água e energia foi escolhido por 27% da amostra; representando que os entrevistados já aderiram a essas boas práticas. A coleta seletiva recebeu a indicação de 12% dos entrevistados, e a utilização de critérios sustentáveis para a contratação de serviços ou compra de materiais foi indicado por 7% da amostra. Outras práticas existentes foram citadas, dentre elas: a redução de despesas com comunicação.

**Gráfico 11** - No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação?

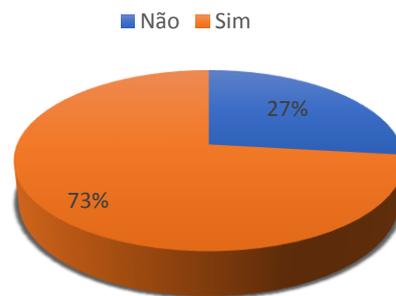


Na questão de número 11, “No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação? ”, apenas 56% admitiram já ter aderido essa prática a sua rotina; 22% não têm conhecimento do local

para onde vai o lixo reciclável da SEMAR/TO e 22% não adotam essa prática nem no local de trabalho nem em casa.

A política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) ressalta a importância desses processos, com notável redução do volume de lixo, bem como a economia no uso de materiais e energia usada para fabricação de novos produtos, contribuindo para preservação de matérias primas, redução da poluição e recuperação do meio ambiente. Esta prática é de suma importância para a educação ambiental no seio do SEMARH/TO e, uma vez adotada no ambiente de trabalho e os servidores plenamente conscientizados, em médio prazo espera-se que essas tarefas se transformem em hábitos rotineiros no lar e na sociedade.

**Gráfico 12** - Desde que tomou posse na Instituição, você participou de algum curso, palestra ou workshop voltado às práticas de desenvolvimento sustentável?

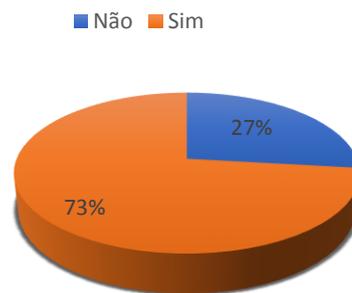


A pergunta de número 12 questiona aos servidores se desde a posse já participou de algum curso, palestra ou *workshop* voltado às práticas de desenvolvimento socioambiental, 73% afirmaram haver participado e 27% registraram negativamente. Tendo em vista que a primeira e principal ferramenta para definição do termo sustentabilidade e como o mesmo deve ser disseminado se dá por meio da conscientização e capacitação das pessoas, o número de pessoas que informou não haver participado é elevado. Assim, a adesão dos servidores judiciários às práticas socioambientais propostas somente se dará mediante a implantação desses eventos.

Jardim (2016) sugere a realização de cursos de educação ambiental como Gestão Ambiental, Gestão Documental, Logística Reversa, capacitação sobre o Plano de Logística Sustentável e capacitação em Compras e Licitações Sustentáveis, sugerindo que com a sua realização essa porcentagem negativa deva diminuir significativamente ou até mesmo ser eliminada.

Para que tenha mudanças de rumos é necessário que seja planejado uma estratégia para que o desenvolvimento humano e a natureza sejam absoluto, sendo assim é de suma importância a implementação de programas capazes de promover a adoção de práticas que visem a sustentabilidade, diminuindo assim os impactos causados pelas atividades rotineiras.

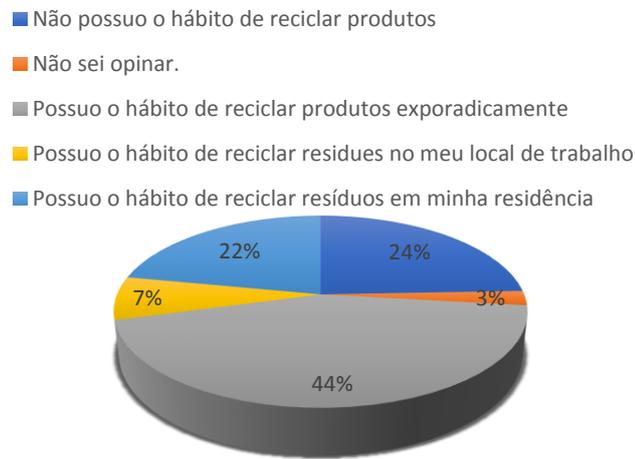
**Gráfico 13** – Você adota ações sustentáveis fora do seu ambiente de trabalho, como na sua casa, ou na sociedade na qual você está inserido?



De acordo com o Gráfico 13, 73% dos entrevistados afirmaram praticar ações sustentáveis fora do seu ambiente de trabalho. Mediante o consumo consciente e racional de água e energia, reutilizando a água da máquina e do ar-condicionado na limpeza da casa e calçada, bem como praticando a coleta seletiva em casa ou no condomínio, separando o lixo orgânico do reciclável ou mesmo confeccionando sabão caseiro extraído do óleo de cozinha usado, assim como enviando esse óleo de cozinha para cooperativas competentes. Outros 27% não têm o costume de praticar ações sustentáveis fora do ambiente de trabalho.

É notável que as práticas ambientais já desenvolvidas no local de trabalho e mediante a sensibilização para a importância de boas práticas sustentáveis no trabalho, induzem os servidores da SEMARH/TO a inseri-las também em suas próprias rotinas.

**Gráfico 14** – Qual é o seu comportamento em relação à reciclagem de resíduos?

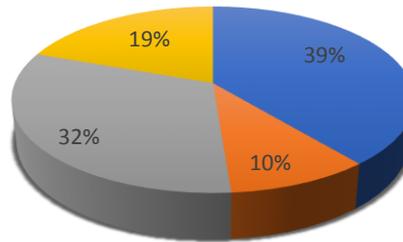


De acordo com o Gráfico 14, 44 % dos entrevistados afirmaram que possuem o hábito de reciclar resíduos em sua residência, 7 % possuem o hábito de reciclar resíduos em seu local de trabalho, 22 % possuem o hábito de reciclar esporadicamente, 7% dos entrevistados não têm o hábito de reciclar produtos e apenas 3% não sabem opinar.

A percepção ambiental nos conduz a uma conscientização e responsabilidade de conservação da natureza, como condição de manutenção da sobrevivência humana. (ANDRETTA e AZEVEDO, 2011). O aumento do uso de recursos naturais e a produção de resíduos refletem a necessidade de minimização e tratamento adequado dos resíduos descartados. Como ser racional e, portanto, devendo estar consciente de seus atos, o homem sempre impôs sua vontade e agiu retirando do meio os recursos necessários para a sua sobrevivência e, mais do que isso, retirando de forma predatória os recursos que garantem seu conforto e seu prazer (BOFF, 2005).

**Gráfico 15** – Ao comprar um produto, você se atenta se este produto é produzido de maneira ecologicamente correta?

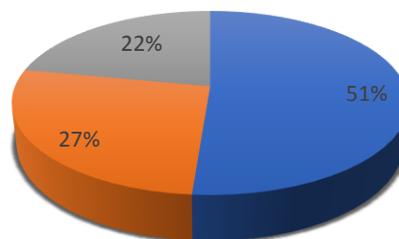
- Não possuo o hábito de verificar no rótulo se o produto é ecologicamente correto.
- Não sei responder
- Sim, as vezes consulto o rótulo para verificar se o produtos é ecologicamente correto
- Sim, costumo verificar nos rótulos se os produtos são feitos de maneira ecologicamente correta.



Percebe-se que a maioria dos respondentes não possui o hábito de verificar no rótulo se o produto é ecologicamente correto, sendo 39%, porém quase a mesma quantidade de pessoas as vezes consultam o rótulo para verificar se é ecologicamente correto totalizando 32%, 19% estão mais preocupados com a preservação do meio ambiente, verificando nos rótulos se o produto é ecológico, e 10% dos respondentes não souberam opinar.

**Gráfico 16** - Você dá preferência aos produtos que são fabricados por empresas que praticam ações de responsabilidade socioambiental?

- Às vezes
- Nunca
- Sempre

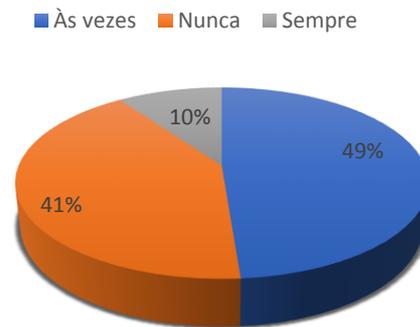


No Gráfico 16, percebe-se que 51% dos respondentes as vezes preferem aos produtos fabricados por empresas que praticam ações de responsabilidade socioambiental, 27% Não estão preocupados e 22% Sempre optam por produtos de empresas sustentáveis.

Muitas pessoas, em estão dispostas a contribuir com boas causas e há uma procura crescente por organizações não apenas voltadas para a produção e lucro, mas que também

estejam preocupadas com a solução de problemas mais amplos como preservação do meio ambiente.

**Gráfico 17** – Compra um produto mais caro por que ele era de uma empresa ecologicamente correta?

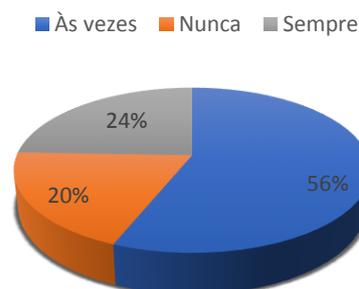


O consumidor de hoje não quer apenas produtos que satisfaçam suas necessidades, mas que também contribuam para a qualidade de vida em longo prazo. Não basta um bom produto com preço justo, é preciso haver preocupações ecológicas, sociais e éticas.

No gráfico 17, mostra que 49% das pessoas às vezes compram produtos mais caros por ser de uma empresa ecologicamente correta, porém 41% não gastam mais pelo produto ecologicamente correto e 10% sempre optam por produtos de empresas ecologicamente corretas.

O resultado dessa pergunta mostra que os servidores possuem uma atitude favorável a produtos sustentáveis, uma vez que a maior parte deles é influenciada por práticas sustentáveis que a empresa produtora exerce. Porém, pode-se observar que não são considerados os produtos sustentáveis como primeira opção de compra, contudo, caso uma opção sustentável seja apresentada, irá refletir e considerar no momento da tomada de decisão.

**Gráfico 18** – Separa o lixo reciclável do lixo orgânico?



O Gráfico 18 foi denominado consciência ambiental, pois compreende um dos conhecimentos necessários para que uma pessoa se engaje individualmente, praticando o consumo consciente, em prol da conservação ambiental. Assim perguntados se há separação do lixo reciclável do orgânico, 56% das pessoas responderam de as vezes separam, 24% as vezes separam e 20% nunca separam.

A questão do lixo ligada ao modelo de desenvolvimento que vivemos, vinculada ao incentivo do consumo, pois muitas vezes adquirimos produtos que não são necessárias, e tudo que consumimos produzem impactos.

Um dos motivos da não separação é que o lixo produzido em casa muitas vezes não passa de um saco diário. Esta produção poderá variar, conforme o número de pessoas de cada casa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema central o comportamento do consumidor consciente. No decorrer dos anos, com o aumento populacional, o uso demasiado e incorreto dos recursos naturais e a modificação do meio ambiente pelo ser humano trouxeram impactos negativos e significativos ao sistema ambiental, tornando a preservação e a recuperação do meio ambiente prioritário aos governantes.

O poder público tem como responsabilidade ser o agente criador e regulador de medidas institucionais para preservação do meio ambiente, pois tem criado leis para esse fim e instituído órgãos públicos como responsáveis para o cumprimento das mesmas. Mantendo esse foco, conclui-se que as organizações públicas têm adotado medidas de conscientização para preservação do meio ambiente aplicada no seu ambiente de trabalho e suas rotinas individuais.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que os servidores são conscientes quanto a preservação do meio ambiente, entretanto possuem poucos hábitos de consumo sustentáveis.

Levando-se em conta o que foi observado pode-se afirmar que o consumo consciente pode ser operacionalizado por meio das seguintes dimensões: atitudes de compras, consciência ambiental, conhecimento, reciclagem, substituição, desperdício e responsabilidade.

Este trabalho se dispôs a desenvolver três objetivos específicos. O primeiro buscou descrever nível de consciência ambiental dos servidores. Onde foi possível verificar que os servidores da SEMARH/TO são considerados conscientes em relação ao meio ambiente, com um baixo nível de consumo ecológico, caracterizados como fracos consumidores ecologicamente corretos tendo potencial para se tornarem consumidores são sustentáveis.

O segundo procurou averiguar o conhecimento sobre práticas sustentáveis dos servidores. Conclui-se, que a maioria dos servidores já está no caminho da consciência ambiental, porém possuem resistência e assim não conseguem retratar isso em suas atitudes. O consumo ecológico é decorrente da consciência ambiental, contudo, encontram-se barreiras culturais, sociais e psicológicas para ser inteiramente concretizado.

O último objetivo proposto buscou identificar os comportamentos sustentáveis presentes entre os servidores. Conforme estudo desenvolvido foi constatado que uma grande parte dos servidores possuem atitudes sustentáveis como o hábito de reciclar esporadicamente, separar o lixo orgânico, muitas vezes ao fazer suas compras adquirem produtos mais caros por serem ecologicamente corretos e produtos que foram produzidos por empresas sustentáveis.

O ponto negativo a ser destacado foi o desconhecimento de alguns servidores para a real definição do que seja a sustentabilidade e de que o SEMARH/TO já introduziu boas práticas em algumas rotinas de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ABNT. Sistemas de Gestão Ambiental – **Especificação e Diretrizes para Uso**, NBR ISO 14001. Rio de Janeiro, 2004.
- ALBERTON, A., & Costa, N. C. A. (2007, maio/agosto). **Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: Benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras**. RAC-Eletrônica, 1 (2).
- ALMEIDA, N. C. V. (2010). Sistema de Gestão Ambiental: um estudo dos terminais do Porto de Santos. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.
- ANGELFIRE. Com, **Pedagogia dos 3 R's**, disponível em [http://www.angelfire.com / MA4/meio-ambiente](http://www.angelfire.com/MA4/meio-ambiente).
- BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- BRANDÃO, C. (org). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.
- BULLARA, Luciana Soudi. **O Conceito dos 3 Rs**. Disponível em: <<http://www.blogconsultoria.natura.net/o-conceito-dos-3rs/>>. Acesso em: 03 mai 2019.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Ed. Pensamento – Cultrix, 2002.
- COLPO, E.E. **O consumo como uma prática cultural**. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria; 2005. 50 p.
- CARDOSO, F. H, e ALENCAR – **Desenvolvimento Sustentável: variações sobre um mesmo tema**, Revista Ciência e Ambiente, Editora UFSM, Dez.1991.
- CARVALHO, I. C. M. O que é educação ambiental? Programa de Gestão Ambiental, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <http://pga.pgr.mpf.gov.br/gestao/pga/educacao/que-e-ea/o-que-e-educacaoambiental>.
- CERETTA, S. B.; FROEMMING, L. M. **Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente**. RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar, v. 3, n. 2, art. 2, 2011.
- DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: **Responsabilidade Social e sustentabilidade** – 1. Ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas,2009.
- DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**, 2º Ed., Atlas, São Paulo: 2008.

DUBEUX, V. J. C.; CORREA, S. B. **O que Pensam e Sabem sobre Sustentabilidade os Futuros Profissionais?** Os Conhecimentos sobre Meio Ambiente e as Práticas Sustentáveis de um Grupo de Universitários Cariocas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011. Rio de Janeiro, Anais ... [S.I.]: 2011.

ECOD. **Dê um novo rumo ao seu lixo.** Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/reduzir-reutilizar-e-reciclar-de-um-novo-rumo-ao>>. Acesso em: 24 Maio. 2012.

ECOUNIFESP. **Princípio dos 3R's.** Obtido em: <<http://dgi.unifesp.br/ecounifesp/index.php?option=comcontent&view=article&id=10&Itemid=8#reducao>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

FABI, M. J. S.; LOURENÇO, C. D. S.; SILVA, S. S. **Consumo Consciente:** a atitude do cliente perante o comportamento sócio-ambiental empresarial. EMA: ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD, 4, 2010, Florianópolis, SC. Anais Eletrônicos... Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: Acesso em: 13/06/2019.

FAZENDA, I.C.. Interdisciplinariedade: um projeto em parceria. São Paulo: Edições Loyola – Coleção Educar nº 13, 1995.

FERREIRA, A. C. S. (2009). **Contabilidade Ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui Certificados de Carbono (2a ed.). São Paulo: Atlas.

FILETO, Adriana. **Cuide do Seu Bolso e do Planeta Já!** Cartilha Didática. Editora Rede Três – Educação e Consultoria para a Sustentabilidade. Belo Horizonte: 2009.

FILVOCK, S. F.; TEIXEIRA, F. C. Análise da relação homem natureza nos parâmetros curriculares nacionais – temas transversais: Educação Ambiental. Anais Eletrônicos... Curitiba: PUC, 2006.

FRANCISCO, M. B. L. **Informação ambiental e mudança de cultura:** a escola em rede. Dissertação (Mestrado). Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO AKATU. Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente? Instituto São Paulo: Akatu, 2007. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/4-Pesquisa7.pdf>> Acesso em: 13/06/2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórica-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall – Br, 2008.

LACOMBE, F. J. M., & Heilborn, G. L. J. (2008). **Administração: princípios e tendências** (2a ed.). São Paulo: Saraiva.

MARCONI, M. A., & Lakatos, E. M. (2006). *Fundamentos de Metodologia Científica* (6a ed.). São Paulo: Atlas.

MEDINA, N. Educação ambiental: Uma nova perspectiva. Série Cadernos Pedagógicos. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 1994  
MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999.

MOURÃO, E. **Guia do consumo consciente**. 2011. Disponível em: <[http://www.brde.com.br/asse\\_midia\\_consumo.asp](http://www.brde.com.br/asse_midia_consumo.asp)>. Acesso em 05/07/2019.

NARCIZO, Kaliane Roberta dos Santos. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas**. Mestrado Educ. Ambiental. V 22 2009.

OLIVEIRA, S. M. (2011). **A gestão sócio-ambiental e inovação no setor sucroalcooleiro: um estudo de caso na pioneiros Bionergia S/A**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

PEITER, C. C. **O acesso às informações como (in)justiça ambiental**. Itajaí, Santa Catarina. 2012.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe, Luiz Fernando Del Rio Horn, Dagoberto Machado dos Santos (coord.). **Relações de Consumo: Globalização**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

QUEIROZ, Oriel da Rocha. **A Eficácia Normativa da Educação Ambiental como garantia ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado**. Piracicaba, 2008. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado em Direito, Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REVISTA VEJA. Guia Ecologia. São Paulo 2013. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/060302/p112.html>> Acesso em 20 abr. 2019.

REVISTA Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 10, n.5| jan - maio – 2019.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Curso Especialização em Gestão Pública Municipal. 2ª edição. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2012.

SANTOS. F. P. S; ARAÚJO. J. G; SERRÃO. S. O. V. C. A aplicação da educação ambiental no contexto do Distrito de Itaitu, Jacobina, Bahia. **Ateliê Geográfico: Revista Eletrônica**, v.5, n. 2, p. 154-168, agos/2011.

SCHUMACHER, M. V.; HOPPE, J. M. **A complexidade dos ecossistemas**. Porto Alegre: Pallotti, 1997

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. - 1. ed. - 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José; GOMES, Antonia; DINIZ, Luciene; CATÃO, Maria. **Reduzir, Reutilizar e reciclar - Proposta de Educação Ambiental para o Brejo Paraibano**. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.

SINAY, M. C. F.; DALBEM, M. C.; LOUREIRO, I. A.; VIEIRA, J. M. Ensino e pesquisa em gestão ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, 2013.

SIRVINSKAS, L. P. (2010). **Manual de direito ambiental** (8a ed.). São Paulo: Saraiva.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, J. E. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo: Senac, 2006.

---

## APÊNDICES

---

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO



### SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT CÂMPUS DE PALMAS CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Esta é uma pesquisa com fins acadêmicos, como requisito parcial de conclusão da graduação em Administração pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do Prof. Dr. Flavio Augustus da Mota Pacheco, visando analisar os hábitos de consumo dos servidores Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Tocantins, em Palmas. Sua contribuição é de fundamental importância para alcançar os objetivos deste trabalho.

Lembre-se, NÃO existem respostas certas ou erradas. Portanto responda com o máximo de reflexão e sinceridade.

Obrigada pela colaboração.

#### **Questionário**

1. Qual é o seu gênero:

- Feminino
- Masculino

2. Sua faixa etária:

- Até 20 anos
- De 21 a 29 anos
- De 30 a 39 anos
- De 40 a 49 anos
- Acima de 50 anos

3. Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado (a) /União estável
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

4. Sua renda familiar:

- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salários mínimos
- 4 a 5 salários mínimos
- Mais de 6 salários mínimos

5. De acordo com o seu conhecimento sobre sustentabilidade, pode-se afirmar que:

- a) Sustentabilidade é a ação que visa a preservação do meio ambiente.
- b) Sustentabilidade é o mesmo que Ambientalismo.
- c) Sustentabilidade pode ser entendida no contexto econômico, social e ambiental.

6. O que polui mais o meio ambiente?

- Álcool
- Gasolina
- Óleo diesel
- Gás natural veicular
- Produto de resíduos supermercadistas
- Produto de resíduos hospitalares
- Não sei responder

7. Como você avalia a sua preocupação com as questões ambientais?

- Me preocupo bastante
- Me preocupo muito
- Me preocupo pouco
- Não me preocupo
- Não sei responder

8. Qual a sua opinião sobre o comportamento da sociedade em relação à preservação do meio ambiente?

- A preservação ambiental é dever dos órgãos públicos, órgãos competentes.
- A preservação ambiental é dever das grandes indústrias e empresas.
- A preservação ambiental é responsabilidade de todo cidadão de maneira individual
- Não sei opinar.

9. Você conhece o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?

- Sim     Não

10. Quais práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente são adotadas pela SEMARH?

Marque um “x” nos campos próprios.

(Escolha até três alternativas)

- Uso racional de água e energia
- Uso racional de copos descartáveis e papel
- Coleta seletiva do lixo
- Utilização de critérios sustentáveis para a contratação de serviços ou compra de materiais
- Outras.

Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação?

- Sim  Não  Não sabe

12. Desde que tomou posse na Instituição, você participou de algum curso, palestra ou workshop voltado às práticas de desenvolvimento sustentável?

- Sim  Não

13. Você adota ações sustentáveis fora do seu ambiente de trabalho, como na sua casa, ou na sociedade na qual você está inserido?

- Sim  Não

Se SIM, quais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Qual é o seu comportamento em relação à reciclagem de resíduos?

- Possuo o hábito de reciclar resíduos em minha residência
- Possuo o hábito de reciclar resíduos no meu local de trabalho
- Possuo o hábito de reciclar produtos esporadicamente
- Não possuo o hábito de reciclar produtos
- Não sei opinar.

15. Ao comprar um produto, você se atenta se este produto é produzido de maneira ecologicamente correta?

- Sim, costumo verificar nos rótulos se os produtos são feitos de maneira ecologicamente correta.
- Sim, as vezes consulto o rótulo para verificar se o produtos é ecologicamente correto
- Não possuo o hábito de verificar no rótulo se o produto é ecologicamente correto.
- Não sei responder.

16. Você dá preferência aos produtos que são fabricados por empresas que praticam ações de responsabilidade socioambiental?

Sempre  Às vezes  Nunca

17. Compra um produto mais caro por que ele era de uma empresa ecologicamente correta?

Sempre  Às vezes  Nunca

18. Separa o lixo reciclável do lixo orgânico?

Sempre  Às vezes  Nunca

## APÊNDICE II – ARTIGO

### HÁBITOS DE CONSUMO CONSCIENTE: IDENTIFICANDO A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIADO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO TOCANTINS

#### **Resumo**

A humanidade evoluiu de forma muito rápida e para se adaptar a todas as mudanças que passaram a ocorrer muito se utilizou do meio ambiente, principalmente para que fosse possível a evolução. Após perceber seu importante papel na defesa e na preservação dos recursos naturais, a esfera pública atentou para os impactos ambientais ocorridos em função de suas ações e criou medidas legais socioambientais com o intuito de inserir na sociedade os conceitos sociais, econômicos e ambientais da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, criou órgãos fiscalizadores e reguladores para a manutenção de todos os sistemas ecológicos impactados. Nessa concepção estudo teve como objetivo principal analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis. Ao longo da realização da pesquisa foi identificado que a da Secretaria já vem realizando algumas práticas de redução, reutilização e reciclagem (3R's) em suas atividades diárias. A metodologia aplicada neste trabalho é baseada no estudo descritivo-exploratório, com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2019, via questionário estruturado. Os resultados demonstrados ainda são tímidos, em função de essas práticas ainda vem sendo implantadas, dispondo de pouco tempo para seu amadurecimento. Entretanto, algumas ações de consumo consciente já são praticadas pelos servidores e projetos voltados para a total aplicação dessas boas práticas em toda a estrutura da Secretaria, voltadas à sustentabilidade no ambiente de trabalho, estendendo-as à vida privada e social dos servidores.

**Palavras Chave:** Hábitos de Consumo; Consciência ambiental; Consumo Consciente; Meio Ambiente.

### CONSCIOUS CONSUMPTION HABITS: IDENTIFYING THE PERCEPTION OF SERVERS OF THE SECRETARIAT ENVIRONMENT AND WATER RESOURCES OF THE STATE OF TOCANTINS

#### **Abstract**

Humankind evolved very quickly and to adapt to all the changes that happened to occur much if you used the environment, especially for evolution to be possible. After realizing its important role in the defense and preservation of natural resources, the public sphere considered the environmental impacts that occurred in function of its actions and created social and environmental legal measures with the purpose of inserting in society the social, economic and environmental concepts of sustainability. At the same time, it created oversight and regulatory bodies for the maintenance of all ecological systems impacted. In this conception, the main objective of this study was to analyze if the consumption habits of the servers of the Secretariat of the Environment and Water Resources of the State of Tocantins are ecologically sustainable. Throughout the research, it was identified that the Secretariat has been carrying out some reduction, reuse and recycling (3R's) practices in its daily activities. The methodology applied in this work is based on a descriptive-exploratory study, with a quantitative approach. Data were collected in the first half of 2019, via a structured

questionnaire. The results demonstrated are still timid, as these practices are still being implemented, with little time for their maturation. However, some actions of conscious consumption are already practiced by the servers and projects aimed at the total application of these good practices throughout the Secretariat structure, focused on sustainability in the work environment, extending them to the private and social life of the servers.

Keywords: Consumption habits Environmental awareness; Conscious Consumption; Environment.

## 1 Introdução

Com o aumento das técnicas de produção de bens de consumo originou sociedades que se caracterizam pela diversidade e o baixo custo das mercadorias. Assim, surgiu uma preocupação com a consciência ambiental, que passou a ser a um assunto relevante a toda sociedade, tem despertado um grande interesse em vários estudos, antigamente era de costume ser um tema mais voltado aos ecologistas, além do que está incluída nas diversas áreas de estudo da administração, que sua vez o meio ambiente é fonte de energia e matérias primas, e ainda contribui para o bem-estar da população.

A atual sociedade de consumo tem como base de suas alegações o empenho de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar. Entretanto, a jura de deleite só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está “plenamente satisfeito” (BAUMAN, 2008)

A responsabilidade ambiental tem sido um foco de grande importância dentro de muitas empresas, principalmente para aquelas que tem um grande número de poluição. A evolução da tecnologia vem contribuindo para que esse fator se agrave. Assim, a preocupação com o meio ambiente tornou-se um assunto mundial. Existem atualmente fórum mundial da sustentabilidade que reúne os principais países do mundo com intuito de decidir como aplicar a responsabilidade e conscientização ambiental de modo sustentável.

Devido a disseminação de notícias a respeito dos desgastes ambientais, alguns temas como responsabilidade socioambiental consumo consciente e conscientização ambiental vêm sendo tratados na atualidade com bastante enfoque. O discurso do Akatu (2008) sobre o consumo consciente ressalta que este pode ser praticado no dia-a-dia, por meio de dois movimentos principais: o primeiro seria ligado a gestos simples, que levem em conta os impactos da compra, uso ou descarte de produtos ou serviços; e o segundo seria marcado pela escolha das empresas onde serão adquiridos estes bens ou serviços, sempre em função do seu compromisso com o desenvolvimento socioambiental.

Os investimentos destinados a questão ambiental e a consciência da Responsabilidade Social pelas empresas são aspectos que fortalecem a imagem positiva das organizações diante dos mercados em que atuam, dos seus colaboradores, concorrentes e fornecedores. Procurar desenvolver e manter atitudes e ações para a preservação do meio ambiente resulta no proveito próprio e comunitário, ajudando a promover uma postura social, política e sustentável preocupada com o bem-estar e com o futuro do planeta.

De acordo com Sinay et al (2013) a preservação ambiental e a produtividade empresarial devem andar por caminhos confluentes, e o ensino e pesquisa em administração devem se alinhar a esse objetivo, patrocinando a união de interesses.

As mudanças começaram a chegar nas empresas que começam a respeitar o meio ambiente, e conforme o avanço da tecnologia as questões ambientais ajudam a formar cidadão mais críticos e informados, assim tornando-se consumidor consciente.

Diante a esta visão, este estudo tem como objetivo mostrar os principais pontos da relação dos hábitos de consumo consciente e gestão empresarial, e destacar a importância da responsabilidade social nesse âmbito.

## **2 Revisão da Literatura**

### **2.1 Hábitos de Consumo e Sustentabilidade**

De acordo com Pereira (2010, p. 31) as pessoas consomem tanto pela necessidade que a sua natureza social impõe, ou pelo simples prazer de comprar, seja para satisfazer suas futilidades, ou apenas pelo anseio de constituir-se como par de sua categoria social.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Pereira (2010, p.33) nesta sociedade, o consumo representa poder, pois a lógica capitalista mostra que aquele que pode consumir mais e melhor detém o poder social, cultural e econômico sobre o restante da população.

O consumidor ecológico busca consumir produtos que em sua essência não causam prejuízos ao meio ambiente. Segundo Kotler e Armstrong (2008), produto é tudo o que é oferecido pelas empresas no mercado consumidor, com objetivo de satisfazer as necessidades e desejos das pessoas. Ele vai além de um objeto físico, é o conjunto de benefícios oferecidos.

Considerando que não cabe somente a empresa buscar meios de preservar o meio ambiente, mas sim todos os envolvidos estejam conscientes de como devem agir. Um ponto relevante a ser considerado é que o problema não está no que se consome, mas, na quantidade que se consome.

O aumento da sensibilidade ecológica e a busca pela sustentabilidade começam a fazer parte dos debates e discussões na área das relações de consumo. Porém, como condição intrínseca à natureza humana, o consumo em si não é o problema, mas seus atuais padrões e efeitos refletem diretamente no meio ambiente e na esfera social, conforme afirma Feldmann (2007, p. 78).

Os mais variados setores da sociedade buscam uma solução para esse grave problema, trazendo novos processos, produtos e materiais que reduzam os danos que causam. A sociedade cria uma consciência da necessidade urgente de mudança de comportamentos, de hábitos urbanos e de falsas necessidades.

Segundo Capra (2002), um dos maiores obstáculos à sustentabilidade é o aumento contínuo do consumo material. Mesmo com a importância que têm na nova economia o processamento de informações, a geração de conhecimento e outros artigos “intangíveis”. O principal objetivo de todas essas inovações é o de aumentar a produtividade, o que faz aumentar, em última análise, o fluxo de bens materiais.

A cada dia que passa as empresas estão mais preocupadas com os impactos negativos que causam ao meio ambiente, por isso, estão mais focadas para o compromisso com o social, para o desenvolvimento da humanidade, o qual pressupõe desde o zelo com a qualidade de vida no trabalho até a preservação do meio ambiente.

### **2.2 Princípio dos 3 "Rs" – Reduzir, Reutilizar, Reciclar**

Silva, et al., (2004) caracteriza a política dos 3R's em 3 princípios distintos, como a redução, a reutilização e a reciclagem na abordagem da gestão de resíduos sólidos. A redução do lixo produzido evita o desperdício consumindo somente o que é necessário. Os consumidores devem adotar hábitos de consumo mais saudáveis, como por exemplo, a aquisição de produtos que de alguma forma possam ser reciclados, que possam ser novamente

reutilizados ou consumidos. Na reutilização ao invés de ser considerado inútil e jogado no lixo, recebe uma nova utilidade.

Para Silva, et al., (2004), produtos podem ser utilizados de diversas formas:

- reutilizar envelopes, depósitos de plástico ou vidros, estes podendo ser reutilizados de outras formas, na decoração com plantas, tornando-se vasos;
- aproveitar folhas de papel já usadas como rascunho para anotações, bloco de recados, lembretes;
- estabelecer um espaço para troca de materiais que possam ser reciclados, aproveitando-os ao máximo, exemplo: roupas, discos, móveis e um variado leque de opções;
- Computadores, impressoras e monitores podem ser doados para entidades de cunho social.

Reduzir é diminuir a qualidade de produção de lixo, ou seja, diminuir o desperdício, consumir apenas o que é necessário, sem exageros, aumentando a vida útil dos aterros e diminuindo a poluição do ar e das águas. O cidadão deve aprender a reduzir a quantidade do lixo que gera. A redução não implica em padrão menos agradável de vida. É simplesmente uma questão de reordenar os materiais que são usados no dia a dia. Uma das formas de se tentar reduzir a quantidade de lixo gerada é diminuir o desperdício de produtos e alimentos consumidos.

De acordo com Bullara (2008, p. 1), reciclar apenas aquilo que é necessário, separando e encaminhando o lixo devidamente, assim reduzindo ao máximo o meu consumo e reutilizando os objetos já adquiridos. É transformar o que já foi produzido, consumido e reutilizado, para que se possa fazer dele um novo uso.

### 2.3 Consciência Ambiental

Os hábitos de consumo vêm se diversificando de forma extraordinária, a mudanças vem ocorrendo com a mesma velocidade que o avanço da tecnologia e o perfil de cada consumidor correspondem ao contorno da sociedade de consumo de hoje (CERETTA; FROEMMING, 2011). Definido pela constante prática do ter para possuir o hábito para consumir, tem se tornado um impasse para a sociedade atual, uma vez que a tecnologia tem avançado no quesito de inovação, sempre introduzindo novidades, de maneira que as pessoas não conseguem ter o último modelo pois já está sendo inserindo outro mais inovador.

O nível de consciência das pessoas com o aumento do calor e da população, está crescendo, porém ainda há muito para que estas a coloquem em prática. O consumidor consciente preocupa-se com o impacto da produção e do consumo sobre o meio ambiente, buscando a melhor relação entre preço, qualidade e atitude social em produtos e serviços oferecidos no mercado, além de mobilizar outros consumidores para a prática do consumo consciente (MOURÃO, 2011). De acordo com várias análises de alguns termos técnicos, vale ressaltar que existem estudos para designar esse consumo com vista na preocupação ambiental, além do consumo consciente, há o consumo sustentável e o consumo verde. (RIBEIRO; VEIGA, 2011).

Após serem confrontados com efeitos ambientais de consumo, os consumidores podem mudar de opinião respondendo estes com atitudes pró-ambientais na hora de realizar suas compras (VELURI, 2012). Assim pode observar a influência de valores como elemento crucial para a mudança de atitude do indivíduo

A consciência ambiental está nivelada às convicções do indivíduo em relação às causas ambientais, seu posicionamento através de ações e atitudes que manifestem comportamento pró-ambiental.

## 2.4 Sistema de Gestão Ambiental

De modo geral a gestão ambiental pode ser definida como sendo o conjunto de atividades que tem por objetivo o menor impacto no meio ambiente, ou seja, que uma organização escolhe as melhores técnicas para que seja cumprida a legislação.

Dias (2012) divide o poder público em três papéis diferentes que trazem demonstração maior a respeito da responsabilidade socioambiental na esfera pública, dentre estes, destaca-se como empregador, produtor e provedor de serviços: “O Estado tem similaridade com a empresa. E como empresa, deve atentar para as consequências que geram suas atividades produtivas, evitar a degradação do meio ambiente e assegurar condições de trabalho decente a seus trabalhadores”.

Tachizawa (2006, p. 26) descreve que “gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas”.

O objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada. A base da gestão ambiental é realizar fundamentos, ou seja, usar fundamentos que irão atender a legislação ambiental que irão conscientizar toda a organização, não somente os maiores cargos, mas sim do menor ao maior.

## 3 Metodologia

Em razão dos objetivos delimitados neste estudo, a pesquisa caracteriza-se como exploratória que permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado.

De acordo com o procedimento metodológico a pesquisa se caracteriza como pesquisa de levantamento de dados que é aquela em que as características de interesse de uma população são levantadas (observadas ou medidas), mas sem manipulação. É a pesquisa realizada mediante a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem. (GIL, 1996, p. 56)

Por fim, tem-se a pesquisa descritiva, que, para Oliveira (2005), trata-se de uma pesquisa abrangente que permite uma análise aprofundada do problema de pesquisa com relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos.

Quanto ao local metodológico a pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo. A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Quanto à natureza a pesquisa é quantitativa, está ligada ao dado imediato. O que significa que ela se preocupa com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises estatísticas. Obteremos um cruzamento de informações, que terá mais confiança nos dados.

O modelo do questionário estruturado foi o guia para o estudo, após serem analisados os dados foram divulgados, no documento de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Para Marconi e Lakatos, as vantagens do questionário são: economia de tempo atinge o maior número de pessoas ao mesmo tempo, obtém respostas rápidas e precisas, há mais segurança e menos risco de adulteração.

Na SEMARH/TO há um total de 82 servidores entre efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários. Entretanto, para efeito de funcionalidade e praticidade, foram

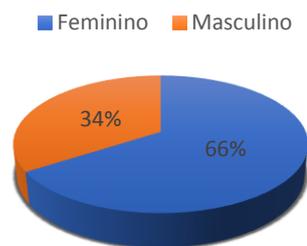
escolhidos 41 servidores, para comporem a amostra da pesquisa, mediante a aplicação de questionários contendo 18 perguntas sendo 16 fechadas e 2 abertas.

Para a tabulação e análise dos dados contidos nos questionários foi utilizada a ferramenta Excel, em função da baixa densidade dos dados e dos cálculos. O próprio programa gerou as respostas, os percentuais e os gráficos.

#### 4 Resultados e Análises

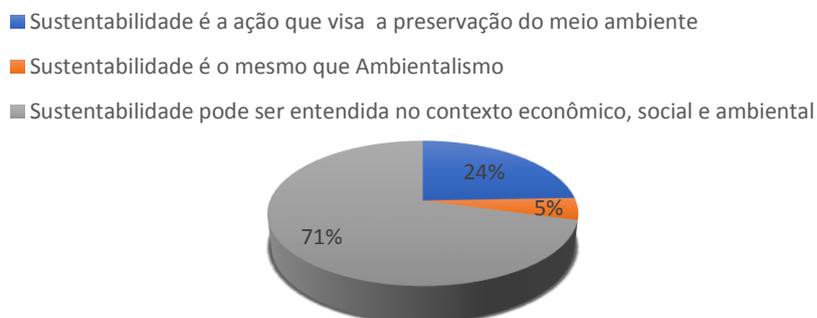
De acordo com o Gráfico 1 percebe-se que o número de respondentes do gênero feminino foi bem maior que os do gênero masculino, sendo 66% Feminino e 34% masculino. Uma explicação para esta diferença significativa relacionada ao sexo dos entrevistados pode ser aventada em função da percepção da autora deste trabalho de que a abordagem de pessoas do sexo masculino no local das entrevistas terem sido mais difícil. Outra possibilidade relacionada a essa diferença pode ser sugerida em função da frequência ao trabalho no horário de desenvolvimento das entrevistas serem mais feminina.

**Gráfico 1 – Gênero**



A partir do Gráfico 2 é possível verificar que 71% dos respondentes afirmaram que a sustentabilidade pode ser entendida no contexto econômico, social e ambiental, bastante significativos para a atualidade. Por sua vez, 24% responderam que sustentabilidade é voltada somente para a área ambiental e apenas 5% responderam que sustentabilidade é o mesmo que ambientalismo.

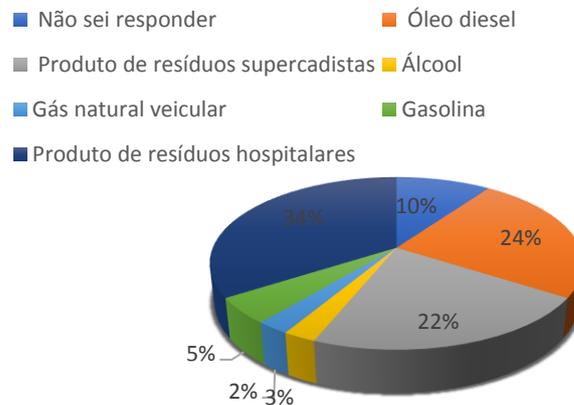
**Gráfico 2 - De acordo com o seu conhecimento sobre sustentabilidade, pode-se afirmar que:**



No Gráfico 3 está apresentando as respostas com relação à pergunta “O que mais polui o meio ambiente? ”. Esta análise permitiu observar que 34% consideram os resíduos hospitalares mais poluentes para o meio ambiente, 24% consideram o óleo diesel, e 22% os

produtos de resíduos supermercadistas, 10% os o gás natural veicular e 3% o álcool e 2% não souberam responder.

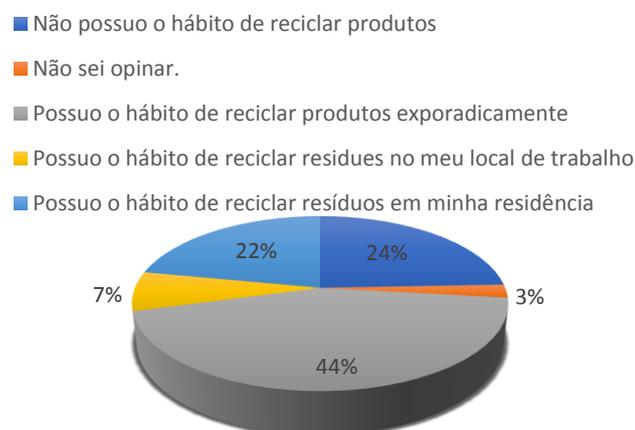
**Gráfico 3 - O que polui mais o meio ambiente?**



A questão abaixo do questionário conforme Gráfico 4 interroga: “é o seu comportamento em relação à reciclagem de resíduos?” 44 % dos entrevistados afirmaram que possuem o hábito de reciclar resíduos em sua residência, 7 % possuem o hábito de reciclar resíduos em seu local de trabalho, 22 % possuem o hábito de reciclar esporadicamente, 7% dos entrevistados não têm o hábito de reciclar produtos e apenas 3% não sabem opinar.

A percepção ambiental nos conduz a uma conscientização e responsabilidade de conservação da natureza, como condição de manutenção da sobrevivência humana. (ANDRETTA e AZEVEDO, 2011). O aumento do uso de recursos naturais e a produção de resíduos refletem a necessidade de minimização e tratamento adequado dos resíduos descartados. Como ser racional e, portanto, devendo estar consciente de seus atos, o homem sempre impôs sua vontade e agiu retirando do meio os recursos necessários para a sua sobrevivência e, mais do que isso, retirando de forma predatória os recursos que garantem seu conforto e seu prazer (BOFF, 2005).

**Gráfico 4 – Qual é o seu comportamento em relação à reciclagem de resíduos?**

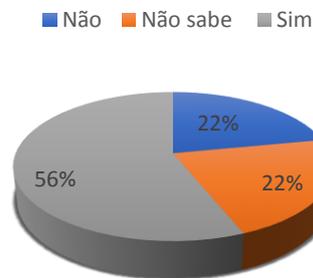


O Gráfico 05, “No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação?”, apenas 56%

admitiram já ter aderido essa prática a sua rotina; 22% não têm conhecimento do local para onde vai o lixo reciclável da SEMAR/TO e 22% não adotam essa prática nem no local de trabalho nem em casa.

A política dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) ressalta a importância desses processos, com notável redução do volume de lixo, bem como a economia no uso de materiais e energia usada para fabricação de novos produtos, contribuindo para preservação de matérias primas, redução da poluição e recuperação do meio ambiente. Esta prática é de suma importância para a educação ambiental no seio do SEMARH/TO e, uma vez adotada no ambiente de trabalho e os servidores plenamente conscientizados, em médio prazo espera-se que essas tarefas se transformem em hábitos rotineiros no lar e na sociedade.

**Gráfico 05** - No seu departamento ou na sua casa você costuma destinar o material reciclável produzido a alguma cooperativa de catadores ou associação?

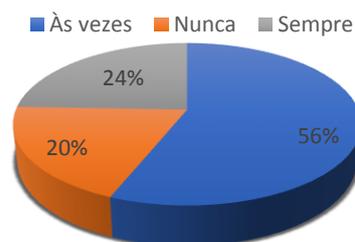


O Gráfico 6 foi denominado consciência ambiental, pois compreende um dos conhecimentos necessários para que uma pessoa se engaje individualmente, praticando o consumo consciente, em prol da conservação ambiental. Assim perguntados se há separação do lixo reciclável do orgânico, 56% das pessoas responderam de as vezes separam, 24% as vezes separam e 20% nunca separam.

A questão do lixo ligada ao modelo de desenvolvimento que vivemos, vinculada ao incentivo do consumo, pois muitas vezes adquirimos produtos que não são necessárias, e tudo que consumimos produzem impactos.

Um dos motivos da não separação é que o lixo produzido em casa muitas vezes não passa de um saco diário. Esta produção poderá variar, conforme o número de pessoas de cada casa.

**Gráfico 6**– Separa o lixo reciclável do lixo orgânico?



## 5 Considerações Finais

Este estudo teve como tema central o comportamento do consumidor consciente. No decorrer dos anos, com o aumento populacional, o uso demasiado e incorreto dos recursos naturais e a modificação do meio ambiente pelo ser humano trouxeram impactos negativos e significativos ao sistema ambiental, tornando a preservação e a recuperação do meio ambiente prioritário aos governantes.

O poder público tem como responsabilidade ser o agente criador e regulador de medidas institucionais para preservação do meio ambiente, pois tem criado leis para esse fim e instituído órgãos públicos como responsáveis para o cumprimento das mesmas. Mantendo esse foco, conclui-se que as organizações públicas têm adotado medidas de conscientização para preservação do meio ambiente aplicada no seu ambiente de trabalho e suas rotinas individuais.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar se os hábitos de consumo dos servidores da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins são ecologicamente sustentáveis.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que os servidores são conscientes quanto a preservação do meio ambiente, entretanto possuem poucos hábitos de consumo sustentáveis.

Levando-se em conta o que foi observado pode-se afirmar que o consumo consciente pode ser operacionalizado por meio das seguintes dimensões: atitudes de compras, consciência ambiental, conhecimento, reciclagem, substituição, desperdício e responsabilidade.

Este trabalho se dispôs a desenvolver três objetivos específicos. O primeiro buscou descrever nível de consciência ambiental dos servidores. Onde foi possível verificar que os servidores da SEMARH/TO são considerados conscientes em relação ao meio ambiente, com um baixo nível de consumo ecológico, caracterizados como fracos consumidores ecologicamente corretos tendo potencial para se tornarem consumidores sustentáveis.

O segundo procurou averiguar o conhecimento sobre práticas sustentáveis dos servidores. Conclui-se, que a maioria dos servidores já está no caminho da consciência ambiental, porém possuem resistência e assim não conseguem retratar isso em suas atitudes. O consumo ecológico é decorrente da consciência ambiental, contudo, encontram-se barreiras culturais, sociais e psicológicas para ser inteiramente concretizado.

O último objetivo proposto buscou identificar os comportamentos sustentáveis presentes entre os servidores. Conforme estudo desenvolvido foi constatado que uma grande parte dos servidores possuem atitudes sustentáveis como o hábito de reciclar esporadicamente, separar o lixo orgânico, muitas vezes ao fazer suas compras adquirem produtos mais caros por serem ecologicamente corretos e produtos que foram produzidos por empresas sustentáveis.

O ponto negativo a ser destacado foi o desconhecimento de alguns servidores para a real definição do que seja a sustentabilidade e de que o SEMARH/TO já introduziu boas práticas em algumas rotinas de trabalho.

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

CERETTA, S. B.; FROEMMING, L. M. **Geração Z: compreendendo os hábitos de consumo da geração emergente.** RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar, v. 3, n. 2, art. 2, 2011.

CAPRA, F. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Ed. Pensamento – Cultrix, 2002.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Principios de Marketing.** São Paulo: Prentice Hall – Br, 2008.

MOURÃO, E. **Guia do consumo consciente.** 2011. Disponível em: <[http://www.brde.com.br/asse\\_midia\\_consumo.asp](http://www.brde.com.br/asse_midia_consumo.asp)>. Acesso em 05/07/2019.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe, Luiz Fernando Del Rio Horn, Dagoberto Machado dos Santos (coord.). **Relações de Consumo: Globalização.** Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

SILVA, José; GOMES, Antonia; DINIZ, Luciene; CATÃO, Maria. **Reduzir, Reutilizar e reciclar - Proposta de Educação Ambiental para o Brejo Paraibano.** Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.

SINAY, M. C. F.; DALBEM, M. C.; LOUREIRO, I. A.; VIEIRA, J. M. Ensino e pesquisa em gestão ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 3, 2013.

VEIGA, J. E. **Meio Ambiente & Desenvolvimento.** São Paulo: Senac, 2006.